

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
CAMPUS CHAPECÓ  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

**PRISCILA SANTOS ROCHA**

**“NELAS PRÓPRIAS E NOS FILHOS NASCIDOS DOS ESTUPROS,  
MULHERES QUE ENCONTRARAM UMA FONTE VIVA DE CORAGEM E A  
FORÇA PARA SOBREVIVER” NA OBRA *A MULHER DE PÉS DESCALÇOS*, DE  
SCHOLASTIQUE MUKASONGA**

**CHAPECÓ**

**2023**

**PRISCILA SANTOS ROCHA**

**“NELAS PRÓPRIAS E NOS FILHOS NASCIDOS DOS ESTUPROS,  
MULHERES QUE ENCONTRARAM UMA FONTE VIVA DE CORAGEM E A  
FORÇA PARA SOBREVIVER” NA *OBRA A MULHER DE PÉS DESCALÇOS*, DE  
SCHOLASTIQUE MUKASONGA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de graduação.

Orientador: Prof. Dra. Renilda Vicenzi

**CHAPECÓ**

**2023**

**Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS**

Rocha, Priscila Santos

?NELAS PRÓPRIAS E NOS FILHOS NASCIDOS DOS ESTUPROS,  
MULHERES QUE ENCONTRARAM UMA FONTE VIVA DE CORAGEM E A  
FORÇA PARA SOBREVIVER? NA OBRA A MULHER DE PÉS  
DESCALÇOS, DE SCHOLASTIQUÉ MUKASONGA / Priscila Santos  
Rocha. -- 2023.

59 f.:il.

Orientadora: Doutora Renilda Vicenzi

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -  
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de  
Licenciatura em História, Chapecó, SC, 2023.

1. Literatura africana; Raça e Gênero, Scholastique  
Mukasonga. I. Vicenzi, Renilda, orient. II. Universidade  
Federal da Fronteira Sul. III. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

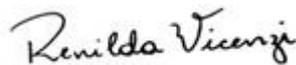
**PRISCILA SANTOS ROCHA**

**“NELAS PRÓPRIAS E NOS FILHOS NASCIDOS DOS ESTUPROS,  
MULHERES QUE ENCONTRARAM UMA FONTE VIVA DE CORAGEM E A  
FORÇA PARA SOBREVIVER” NA OBRA A MULHER DE PÉS DESCALÇOS, DE  
SCHOLASTIQUÉ MUKASONGA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao  
Curso de Licenciatura em História da Universidade  
Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para  
obtenção do título de Graduação.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 13/06/2023.

**BANCA EXAMINADORA**



---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Renilda Vicenzi – UFFS  
Orientadora



---

Prof. Dr. Bruno Antônio Picoli - UFFS  
Avaliador



---

Profa. Me. Thalia Faller – SEE/SC  
Avaliador

Dedico este trabalho à minha filha  
Maria Luiza, que é minha fonte de inspiração e  
motivação diária. Seu amor incondicional e  
sua presença em minha vida têm sido  
fundamentais para enfrentar os desafios e  
seguir em frente. Te amo, Maria Luiza!

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de expressar minha sincera gratidão a todos que contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho de conclusão de curso. Agradeço de coração à minha amada família, em especial à minha mãe, pelo constante apoio e compreensão ao longo dessa jornada acadêmica. Também expresso meu agradecimento aos meus queridos amigos, cuja companhia e troca de ideias foram fundamentais para o meu crescimento pessoal e acadêmico.

Por fim, gostaria de agradecer à professora Renilda Vicenzi, que dedicou sua paciência e atenção ao me orientar neste projeto. A todos vocês, meu mais profundo agradecimento.

## RESUMO

Este trabalho apresenta, a partir dos conceitos de raça e gênero, a literatura africana, com foco na representação da mulher negra tutsi. A fonte de pesquisa é a obra "A mulher de pés descalços", de Scholastique Mukasonga. A pesquisa parte do interesse em estudar a história da África e utilizar a literatura africana como uma ferramenta para evidenciar as vivências culturais dos africanos, especialmente das mulheres. A pergunta de pesquisa é: como a representação da mulher negra tutsi é apresentada no texto literário em relação à sua cultura material e imaterial? A partir da perspectiva do feminismo negro, serão analisadas as representações femininas e, para responder, apresentamos os principais aspectos da sociedade Banyarwanda, que era dividida socialmente entre os tutsi e hutus, e como essa divisão foi influenciada pelo processo colonial e pelas ações dos hutus, que culminaram no manifesto hutu e no conflito de 1994. Na sequência, categorias como relações femininas de solidariedade, trabalho, educação formal e maternidade, com base nas teorias de autoras como bell hooks, Grada Kilomba e Patrícia Hill Collins, serão utilizadas para analisar a representação da mulher negra tutsi no texto literário, identificando como sua cultura material e imaterial são retratadas. Espera-se que este estudo contribua para ampliar o conhecimento sobre a literatura africana, a representação da mulher negra tutsi e as questões de raça e gênero. Além disso, este trabalho almeja fortalecer o debate em torno do feminismo negro e suas contribuições para a compreensão da experiência das mulheres negras em contextos históricos e culturais específicos.

Palavras-chave: Literatura africana; Mulher tutsi; Raça e Gênero; Scholastique Mukasonga.

## ABSTRACT

This work presents, from the concepts of race and gender, African literature, focusing on the representation of black tutsi women. The research source is the work "The woman with bare feet", by Scholastique Mukasonga. The research starts from the interest in studying the history of Africa and using African literature as a tool to highlight the cultural experiences of Africans, especially women. The research question is: how is the representation of black tutsi women presented in the literary text about their material and immaterial culture? From the perspective of black feminism, female representations will be analyzed and, to respond, we present the main aspects of Banyarwanda society, which was socially divided between Tutsi and Hutus, and how this division was influenced by the colonial process and by the actions of the Hutus, which culminated in the Hutu manifesto and the 1994 conflict. In the sequence, categories such as female relations of solidarity, work, formal education, and motherhood, based on the theories of authors such as bell hooks, Grada Kilomba, and Patrícia Hill Collins, will be used to analyze the representation of black tutsi women in the literary text, identifying how their material and immaterial culture is portrayed. Hopefully, this study will contribute to expanding knowledge about African literature, the representation of black tutsi women, and issues of race and gender. In addition, this work aims to strengthen the debate around black feminism and its contributions to understanding the experience of black women in specific historical and cultural contexts.

Keywords: African Literature; Tutsi Woman; Race and Gender; Scholastique Mukasonga

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figure 1 - Capa do livro .....	13
Figure 2 - Scholastique Mukasonga.....	14
Figure 3 - Declaração da República, 28 de janeiro.....	29
Figure 4 - Estudantes da Academia Gashora para meninas, em Ruanda.....	48

## LISTA DE MAPA

Mapa 1 - O mapa dos maiores massacres durante o genocídio de Ruanda e as principais migrações por ele causadas .....	24
--	----

## SUMÁRIO

<b>SUMÁRIO</b> .....	<b>10</b>
<b>1</b> <b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
<b>2</b> <b>A SOCIEDADE BANYARWANDA: TUTSIS X HUTUS</b> .....	<b>20</b>
2.1      COLONIALISMO EM RUANDA .....	24
2.2      DERRUBADA DA ARISTOCRACIA TUTSI E UM CONFLITO IMINENTE .	28
<b>3</b> <b>IMERSÃO NA LITERATURA DE SCHOLASTIQUE MUKASONGA</b> .....	<b>32</b>
3.1      MATERNIDADE NEGRA.....	33
3.2      MULHERES E SOLIDARIEDADE.....	39
3.3      MULHERES E TRABALHO .....	43
3.4      MULHERES E EDUCAÇÃO.....	45
<b>4</b> <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>50</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>56</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Debates sobre a história das populações do continente africano foram expostos de forma pejorativa nas produções acadêmicas ocidentais, uma vez que, essas produções têm uma ampla relação com a maneira como as sociedades foram (re)construídas pelos ocidentais. Segundo Mignolo (2017), a noção de *outro* é uma construção cultural e histórica usada para definir e categorizar aqueles que são considerados diferentes em relação a um padrão dominante. Essa categorização frequentemente se baseia em diferenças culturais, raciais, étnicas, linguísticas, religiosas e geográficas. O outro é colocado em uma posição de subalternidade e marginalização em relação ao eu ou ao padrão dominante.

Mignolo (2017) argumenta que a construção do outro é fundamental para a manutenção das estruturas de poder coloniais e eurocêtricas, pois permite justificar e perpetuar a dominação, a exploração e a desigualdade. Por um longo período, houve falta de compreensão sobre a cultura material e imaterial das sociedades africanas, do ponto de vista ocidental, devido principalmente à escassez de documentos escritos, na visão ocidental, e para manter as estruturas coloniais. No entanto, as obras literárias africanas evidenciam os problemas que permeiam a África e que refletem nas vivências.

Não sei dizer quantas vezes os soldados foram saquear nossas casas e aterrorizar os moradores. Na minha lembrança, toda violência ficou gravada em uma única cena. É como um filme que fica passando e se repetindo. As imagens são sempre as mesmas e alimentam até hoje meus piores pesadelos (MUKASONGA, 2017, p.10).

Sobre o ser e estar do povo do continente é crucial que os conhecimentos, saberes, trajetórias e tradições sejam desencadeados por meio da própria produção intelectual negra, tanto na África quanto na diáspora. Portanto, está claro que a compreensão da história dos povos africanos e de suas origens está diretamente vinculada a uma perspectiva notável: “A história da África só pode ser compreendida a partir das configurações internas, intra-africanas, e de sua interação com o mundo extra-africano, que poderá restituir o papel fundamental do continente na história mundial” (MACEDO, 2013, p.9).

Um universo que ganha espaço é evidenciado por meio das referências das mulheres negras africanas, que atualmente contribuem para a reconstrução dessa história moldada pelos mecanismos de opressão da sociedade ocidental, resultando em traumas intergeracionais. Segundo Kilomba (2020, p.158): “a ferida do presente ainda é ferida do passado e vive e versa; o passado e o presente entrelaçam-se como resultado”. O trauma é um processo que ocorre quando uma pessoa ou um grupo de pessoas é exposto a experiências traumáticas, como a

violência, a opressão e o abuso. Essas experiências podem ter um impacto profundo na psique individual e coletiva.

O lócus de referência que se atrela à literatura africana, sendo uma esfera que tem ganhado grande espaço dentro dos debates literários, é muito rica, porém pouco estudada. Pois, as instituições de ensino e pesquisa que seguem uma perspectiva dominante eurocêntrica, que considera o conhecimento ocidental como o padrão universal valoriza, principalmente, os saberes produzidos no contexto europeu ou norte-americano (GROSFOGUEL, 2016). Portanto, com o objetivo de aprofundar o tema da minha pesquisa, tenho interesse em fundamentar meus estudos relacionados à literatura africana nas perspectivas de raça e gênero.

Raça e gênero são dois temas frequentemente discutidos e analisados. No que diz respeito à raça, os estudos africanos buscam compreender como a construção social da raça influencia as dinâmicas políticas, econômicas e culturais dos países africanos. Desde a era colonial, a raça tem sido uma questão central na política e na história da África, e os estudos africanos buscam entender como as relações raciais moldaram e continuam a moldar a vida dos africanos. Conforme Mbembe (2014, p.116) “a raça foi sempre uma sombra presente na prática e no pensamento político ocidental, especialmente quando tento imaginar a desumanidade ou subjugação dos povos estrangeiros”.

Já em relação ao gênero, os estudos africanos analisam como as questões de gênero afetam a vida das pessoas na África, incluindo as expectativas sociais em relação ao papel de homens e mulheres. Além disso, os estudos africanos<sup>1</sup> examinam as interações entre gênero e outras categorias sociais, como raça, classe e etnia, para compreender como esses elementos moldam a experiência das pessoas na África. Em resumo, a análise de raça e gênero nos estudos africanos é fundamental para entender as complexas interações entre identidade, poder e história nos países africanos. Isso é abordado, por exemplo, pela socióloga Oyèrónké Oyèwùmí em seus estudos sobre “capturar as amplas e profundas mudanças institucionais trazidas pela dominação europeia” (1997, p. 29) destacando a importância de se conhecer essa base africana.

A literatura africana é utilizada nesta pesquisa como uma ferramenta para pesquisar sobre a mulher africana nos anos de 1990, com base nas representações femininas presentes na obra da escritora Scholastique Mukasonga, intitulada “*A mulher de pés descalços* (2017). A obra aborda a história de Ruanda, país localizado na África central. A autora, nascida em Ruanda em 1956, é uma escritora francófona e sobrevivente do genocídio dos tutsis ocorrido nos anos

---

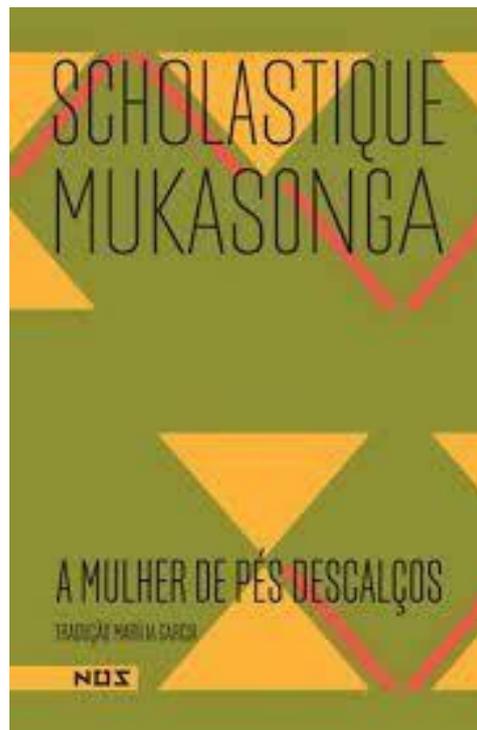
<sup>1</sup> Estudos africanos é uma área multidisciplinar que se dedica ao estudo e compreensão da história, cultura, sociedade, política, economia e outros aspectos relacionados aos países e povos da África. Busca-se examinar a diversidade e a complexidade do continente africano, desafiando estereótipos e visões simplistas sobre a região.

90. Nesse período, ela imigrou para França, onde estabeleceu residência e atuou como assistente social.

Além de Mukasonga, outras autoras ruandesas oferecem uma perspectiva única e importante sobre o genocídio em Ruanda, dando voz às experiências e ao sofrimento das pessoas afetadas por esse evento traumático na história do país. Entre elas, destacam-se Beata Umubyeyi Mairesse, escritora e poetisa, autora de *"Ejo"* (2021), e Yolande Mukagasana, com a obra *"La Mort ne veut pas de moi"* (1997).

A obra *"A mulher de pés descalços"* foi inicialmente publicada na França em 2008 e, posteriormente, em 2017, no Brasil. A tradução brasileira é apresentada em formato de capa comum, composta por 10 capítulos distribuídos em 160 páginas. O romance aborda de forma intensa os conflitos enfrentados pelas mulheres ruandesas durante as lutas fratricidas entre as etnias Tutsis e Hutus<sup>2</sup>, que culminaram nos terríveis genocídios praticados pelos hutus em 1994.

Figure 1 - Capa do livro



Fonte: [www.editoranos.com.br](http://www.editoranos.com.br), 2017

<sup>2</sup> Os tutsis e hutus são grupos étnicos majoritários em Ruanda e Burundi, com os tutsis constituindo uma minoria nos dois países. Historicamente, os tutsis eram vistos como a elite social e política, enquanto os hutus eram considerados a maioria rural. Durante o período colonial, Ruanda e Burundi foram colonizados pelos belgas, que exacerbaram as diferenças entre tutsis e hutus. Eles promoveram a ideia de que os tutsis eram superiores aos hutus com base em características físicas, como altura e forma do nariz, criando assim um sistema de classificação racial. Essa política de divisão étnica estabeleceu as bases para tensões futuras.

Figure 2 - Scholastique Mukasonga



Fonte: [www.editoranos.com.br](http://www.editoranos.com.br), 2017

Para além do romance em destaque, Scholastique também publicou as obras *Baratas* (2006<sup>3</sup>) e *Nossa senhora do Rio Nilo* (2012)<sup>4</sup>, criando assim uma composição interconectada que abrange cada parte de sua história.

A historiografia tradicional sobre a África, com foco no tráfico de escravos, na colonização e nas teorias racistas, foi contada a partir da perspectiva do dominador - o homem branco eurocentrado. Isso resultou no apagamento da história dos africanos e teve consequências epistemológicas para a História da África, levando ao chamado

---

<sup>3</sup> *Baratas* é um livro de memórias publicado em 2006. O livro conta a história da família de Mukasonga, pertencente à etnia Tutsi, que viveu em Ruanda antes do genocídio de 1994. O título "Baratas" é uma metáfora para descrever como os Tutsis eram vistos pelos Hutus, a etnia majoritária em Ruanda, que os consideravam uma praga que precisava ser exterminada.

<sup>4</sup> *Nossa Senhora do Nilo* é um romance publicado em 2012. O livro retrata a vida das meninas na escola e a tensão étnica que existe entre, elas meninas tutsis, e as meninas da etnia Hutu. Através dos personagens e suas histórias, o livro explora questões como a identidade, a diversidade cultural e a intolerância étnica.

“epistemicídio”<sup>5</sup>). Uma alternativa é nos apropriarmos da literatura africana pós-colonial, que oferece uma nova possibilidade para povos africanos significarem suas próprias histórias e propõe uma forma de libertação. É impossível falar em literatura africana sem reconhecer sua potência. Nesse sentido, a resistência da mulher africana, em particular as mulheres da etnia tutsi em Ruanda, se torna um instrumento importante para esta pesquisa, destacando a força presente na literatura, um proposital de nomes com outra simbologia que enriquece a narrativa ao abordar temas como a mocidade, o campo de guerra ou relações familiares.

A literatura produzida por Mukasonga é frequentemente considerada marginal pela perspectiva ocidental, porém é importante ressaltar que não a consideramos marginal, mas sim central, uma vez que oferece uma perspectiva única sobre a vida nas margens da sociedade. Essa literatura pode contribuir para ampliar a compreensão das condições sociais e econômicas enfrentada por aqueles que muitas vezes são ignorados pela literatura tradicional. Conforme apontado por Da Silva; Azevedo (2009, p.8), “remete à concepção sociológica, ou seja, indivíduos que de alguma forma são vitimados pela exclusão social, “pobres” ou membros de minorias étnicas e raciais, à margem da sociedade”. Além disso, a literatura de Mukasonga desafia as narrativas dominantes e abre espaço para vozes e perspectivas que raramente são ouvidas.

O papel da literatura africana é essencial e necessário na recuperação histórica da África, tornando-se uma ferramenta fundamental para explorar esse campo. Desde o período das independências africanas, nos anos de 1950 e 1960, seus intelectuais procuravam desenvolver uma produção científica própria. Atualmente, fala-se em descolonização do saber, reafirmando a importância da literatura africana como fonte crucial para compreender a história do continente.

No contexto racial, as populações africanas negras foram retratadas como figuras sub-humanas e pré-rationais, sendo consideradas incapazes de superar seu primitivismo sem a “ajuda” dos povos mais “civilizados” e racionais. Essa imagem subalterna e negativa das pessoas negras foi reforçada ao longo da Europa do século XVI ao XIX, durante a expansão atlântica, que incluía o tráfico de pessoas negras como escravos, assim como o neocolonialismo. E essa fantasia inicialmente compartilhada pelos viajantes europeus foi alimentada e

---

<sup>5</sup> Epistemicídio está relacionado à forma como a produção de conhecimento das/os afro-brasileiras/os é marginalizada, desqualificada e invisibilizada nas estruturas dominantes de poder, como a academia, a mídia e as instituições culturais. O conceito foi cunhado pela filósofa e ativista brasileira Sueli Carneiro para descrever a forma sistemática de negação e destruição do conhecimento produzido que emergem das experiências e vivências afro-brasileiras.

reproduzida pelos mecanismos culturais, jurídicos, teológicos e econômicos, tornando-se senso comum e, infelizmente, ainda hoje muitas vezes a reproduzimos.

Nossa pesquisa bibliográfica será a principal forma de desenvolvimento no diálogo com a fonte neste trabalho, utilizando, entre outros, obras e artigos escritos por bell hooks (2019), Patrícia Hill Collins (Ano), Grada Kilomba (2020), Oyewumi Oyeronke (1997), Leila Hernandez (2005), José Rivair Macedo (2013) e Achile Mbembe (2013) para discorrer e relacionar conceitos e características do objeto geral, a fim de elucidar a imagem da negra africana, que adquiriu uma representação negativa como povos atrasados durante o processo colonial. Portanto, é pertinente utilizar abordagens de autoras negras que estão ativamente envolvidas nas correntes de pensamento que abrangem o feminismo negro e o lugar da mulher negra, garantindo-lhes o direito à voz e ao pertencimento. A literatura, na perspectiva feminina, desafia as narrativas dominantes que tendem a privilegiar a voz masculina e muitas vezes retratam as mulheres como objetos ou personagens secundários, abordando questões como identidade de gênero, luta pelo poder e liberdade pessoal.

O objetivo de pesquisa é identificar as ações vivenciadas pela mulher africana tutsi na construção cultural material e imaterial<sup>6</sup>, considerando a convivência entre a tradicionalidade e ao novo momento imposto guerra, como retratado na obra *“A mulher de pés descalços”*. Diante disso, surge a seguinte pergunta: Como a representação da mulher negra tutsi é apresentada no texto literário em relação à sua cultura material e imaterial, a partir perspectiva do feminismo negro? A partir desse questionamento, serão analisadas as representações femininas feitas pela autora Scholastique Mukasonga, na obra *“A Mulher de pés descalços”*, considerando categorias como relações femininas de solidariedade, trabalho, educação formal (escola) e maternidade.

Essa pesquisa visa narrar sobre a vida em um ambiente matriarcal, resgatado por meio das memórias da protagonista, proporcionando conexão entre a sua história marcante e as experiências vividas em diferentes contextos.

Desse modo, a partir de suas próprias memórias, ela constrói a si própria e, ao mesmo tempo, a memória das mulheres tutsis, suas vidas, modos de ser e estar no mundo, possibilitando que pessoas, as quais passaram por experiências próximas, possam se sentir contempladas na narrativa. Ao mesmo tempo que, quem não tem a experiência - colocando-se no lugar de aprendiz possa compreender que a violência não é especificidade de povos africanos, mas faz parte daquilo que é humano também. (SIMÉIA, 2021, n/p)

---

<sup>6</sup> Cultura material e imaterial são conceitos usados para compreender e analisar diferentes aspectos da cultura de uma sociedade ou grupo humano. A cultura material refere-se aos objetos físicos, artefatos utilizados pelas pessoas em uma determinada cultura. Cultura Imaterial, por outro lado, refere-se aos aspectos intangíveis da cultura, como tradições, conhecimento, religiosidade, entre outros elementos não físicos.

Na obra “*A mulher de pés descalços*”, somos apresentados à história que se desenrola durante a Guerra Civil de Ruanda e ao constante medo de ataques enfrentados pelas pessoas de etnia tutsi, que constituíam o segundo maior grupo étnico do país. Esses indivíduos ocupavam posições de destaque na sociedade, envolvendo-se em atividades como criação de gado e trabalhos administrativos, conferindo-lhes uma maior relevância social e econômica.

Durante os dias de sombra, no ano de 1994, mais de 800 mil pessoas foram mortas por extremistas étnicos hutus. Após a morte do Presidente Habyarimana, que pertencia a etnia Hutu, líderes dos movimentos de extermínio mobilizaram civis Hutus, fornecendo-lhes armas, como facões, bloqueando e transmitindo apelos por rádio para que matassem os “tutsis”, a quem chamavam de “baratas”. Essa violência indiscriminada resultou na morte de muitos adversários políticos e membros da etnia tutsi, incluindo a família da autora Scholastique Mukasonga. Através de sua narrativa, a autora retrata a dura realidade vivenciada pelas mulheres em Ruanda, destacando as dificuldades que enfrentam e o papel fundamental que desempenham na estrutura familiar e na comunidade.

O debate sobre a relação de gênero na obra não se enquadra nos parâmetros contemporâneos ocidentais, que são baseados na experiência feminina branca, aos quais a sociedade ocidental está acostumada. Segundo hooks (2019, p. 24), “muitas teorias femininas foram elaboradas por mulheres privilegiadas que vivem no centro, cujas perspectivas sobre a realidade raramente incluem o conhecimento e experiência vivido por aquelas mulheres e homens que vive na margem”. Entendemos que o que deve prevalecer é o interesse pela liberdade, democracia participativa e reivindicação pelo direito de viver em um contexto que valoriza diferentes tradições e modos de vida.

Desta forma, a personagem Stefania, mãe de Scholastique Mukasonga, personificou o embate entre modernização e tradição em Ruanda. Seu único projeto naquele contexto era salvar os filhos, e apesar dos cotidianos de terror, ela permaneceu fiel às crenças e tradições características das gerações familiares de Ruanda, tornando-se uma presença feminina marcante. Através de sua originalidade, ela atuou como uma figura autêntica dentro da comunidade.

Minha mãe também planejava, em caso de emergência, nossa fuga para Burundi. [...] em casa, tudo estava pronto para a partida, que poderia ser decidida a qualquer momento: com os rumores de massacre em Nyamata, um tiroteio à noite, as ameaças do líder da comunidade, a prisão de um vizinho... (MUKASONGA, 2017, p.16)

No universo das mulheres narradas e descritas, as presenças femininas se destacam, evidenciando a sabedoria milenar e a mulher intelectual. No entanto, essa condição resulta na perseguição e na marginalização, uma realidade em que a mulher se torna alvo do ódio e da

misoginia. Essa situação nos leva a refletir sobre a deslegitimação das mulheres negras em geral, que são frequentemente desvalorizadas e desconsideradas.

A discussão conceitual e teórica relacionada às pensadoras negras, em particular o feminismo negro, aborda conceitos que contribuem para diversas perspectivas sobre a construção da mulher negra na sociedade. É importante destacar que na maioria dos textos literários, as mulheres negras são subalternizadas tanto pela perspectiva masculina quanto pela feminina branca. No entanto, as mulheres negras possuem visões e concepções de mundo que podem nos auxiliar a criar formas mais saudáveis de existências humanas. Afinal, é sobre os seus corpos que essa estrutura desigual e desumana tem sido construída.

Sendo assim, a partir da leitura de obras como ‘E eu não sou uma mulher? Mulheres negras e feminismo’ de bell hooks (2019), “Pensamento feminista negro” de Patrícia Hill Collins (2019) e “Memórias da plantação: episódios do racismo cotidiano” de Grada Kilomba (2019), busca-se ampliar a discussão sobre a intersecção da opressão sexista, o racismo e outras formas de dominação presentes na vida social.

Oyewumi Oyeronke, em sua obra ‘A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero (1997)’, e Siméia de Mello Araújo, em ‘Raça e Gênero’ (2020), contribuem para a reflexão sobre a construção da mulher e da família, partindo do continente africano aprimorando os conceitos de identidade, representação, gênero e raça. Suas falas e escritos nos permitem compreender o contexto de violência física, psicológica, social, sexual e institucional ao qual as mulheres negras historicamente estão submetidas por serem mulheres e negras, especificamente no contexto da guerra civil de Ruanda em 1994.

Para isso, antes de explorar a relação que possibilita a compreensão dos estudos de raça e gênero na literatura africana, esta pesquisa monográfica delimita a história de Ruanda. No primeiro capítulo é estabelecida a relação e as tradições dos tutsis e hutus, levando em consideração a formação histórica da sociedade Banyarwanda além da perspectiva europeia. Nesse contexto, são considerados alguns autores e títulos, como “A História da África” (2014), de José Rivair Macedo, e “Discurso sobre o colonialismo” (2020), de Aimé Césaire.

O segundo capítulo do trabalho tem como objetivo aprofundar a discussão sobre a relação entre a história e a narrativa de vida da autora, explorando as memórias que ela compartilha das vivências de sua família durante um período extremamente traumático. Nessa análise buscamos destacar o protagonismo das mulheres negras dentro das categorias de análise cruciais, tais como trabalho, maternidade, educação, solidariedade.

Ao abordar a categoria de trabalho, examinamos a maneira como as mulheres negras enfrentam desafios e obstáculos sistemáticos no mercado de trabalho, revelando suas lutas e

conquistas diante da sociedade estruturalmente opressora. Em relação à educação, investigamos como as mulheres negras resistiram às barreiras educacionais injustas. Além disso, exploramos o papel crucial da solidariedade entre as mulheres negras, destacando a importância das redes de apoio e das alianças construídas para enfrentar a opressão e o racismo sistêmico.

## 2 A SOCIEDADE BANYARWANDA: TUTSIS X HUTUS

Discutir sobre o caráter histórico do surgimento e desenvolvimento das sociedades, em sua maioria, acaba se vinculando as referências historiográficas embasadas nos povos europeus. Conforme afirmado por Mukasonga (2017, p.121): “Histórias que são como as porções preparadas pelos envenenadores, histórias cheias de ódio, de morte. Histórias contadas pelos brancos”. Essas manipulações exploradas ao longo das gerações reforçam um olhar limitado para sociedades fora desse eixo, como é o caso das sociedades africanas. Diante do cerceamento das histórias e tradições que foram enquadradas apenas na perspectiva da escravidão, ocorreu o apagamento dessas narrativas, silenciando qualquer outro mecanismo de discurso. Segundo Souza (2005, p.137): “Para além da força das formas e dos símbolos gráficos nas sociedades africanas, a oralidade, a fala é instrumento de comunicação mais direta, e elemento central na transmissão do conhecimento acerca das coisas do passado”.

As tradições orais africanas desempenham um papel importante na transmissão conhecimentos, histórias, mitos e valores ao longo das gerações. Elas têm desempenhado um papel fundamental na preservação da história e cultura africana, especialmente em sociedades que não possuíam uma tradição escrita estabelecida. Além disso, o desenvolvimento das publicações acadêmicas por parte de pessoas negras surge como uma parte essencial da produção de conhecimento em diversos campos do saber. Essas publicações têm como objetivo ressignificar historicamente e cientificamente as vozes negras que foram sistematicamente silenciadas ou sub-representadas na academia, contribuindo para uma maior diversidade e inclusão no panorama acadêmico.

Na contramão de um discurso que nega a existência de uma história africana, é importante ressaltar que, mesmo antes da colonização, na região central da África, mais precisamente em Ruanda, havia um processo de socialização das pessoas que se enquadravam em um grande grupo social chamado Banyarwanda. Essa sociedade pré-colonial era caracterizada por uma divisão entre Tutsis, Hutus e Twas, que ocupavam diferentes posições sociais. A compreensão dessas dinâmicas históricas é essencial para uma análise mais completa e precisa da realidade ruandesa. Segundo Santos:

Os povos habitantes de Ruanda eram, antes do processo de colonização nos fins do século XIX, reconhecidos entre si por uma única etnia e tronco linguístico, os Banyarwanda, população ruandesa divididos em três subgrupos: Tutsi, Twa, Hutu, que desenvolviam importantes elos para a cadeia de comando na época (SANTOS, 2019, p. 4)

Numa estrutura que já estava estabilizada através de funções e categorias dos grupos étnicos, ressaltando que os Twas<sup>7</sup>, apesar de representarem uma pequena parcela da população, eram considerados os primeiros habitantes de Ruanda. Os grupos que habitavam em Ruanda eram designados com base em características que refletiam divisões marcadas por disparidade e assimetrias de poder. As narrativas que abordam essa relação destacam que:

Relativamente ao período pré-colonial, a importância da etnicidade e a natureza das relações entre as comunidades hutu e tutsi tem sido objecto de interpretações divergentes, quer devido à falta de informações escritas quer como resultado das numerosas reconstruções históricas efectuadas externamente e até pelos dois grupos sociais. (FERREIRA, 2014, p.11)

O grupo aristocrático responsável pelo sistema de governo era originário da etnia tutsi, sendo que a língua e a cultura desempenhavam um papel fundamental na identidade desse povo, e cada casta ocupava uma posição específica na sociedade. Conforme Ferreira (2014, p.4): “Os grupos sociais hutu e tutsi existem enquanto grupo étnico na medida em que estes se pensam e reconhecem como tal”. Dentro desse contexto de social, as distinções entre os grupos étnicos eram evidentes e tinham impacto direto nas hierarquias estabelecidas. Os tutsis estavam predominantemente envolvidos na criação de gado, enquanto os hutus se dedicavam à agricultura.

A complementação dessa relação revelava a existência de práticas de servidão em que os hutus serviam aos tutsis “[...] as práticas de servidão que hutus prestavam aos tutsis eram cerceadas por humilhações e violências, muitas delas fundadas em instituições tradicionais que exploravam os hutus mesmo antes da chegada da colonização europeia” (MENDONÇA, 2021, p.8). Desta forma, desenvolvia-se dentro de Banyarwanda aspectos de exploração em que os clãs seguiam condições herdadas de uma conjuntura ancestral.

Na construção de prosperidade apenas de forma unilateral, para os hutus, a agricultura funcionava somente como um meio de subsistência, enquanto para os tutsis, a prosperidade e a mobilidade social estavam diretamente relacionadas ao gado que possuíam. As vacas eram consideradas sagradas pelos tutsis e não eram comercializadas para consumo. Elas representavam a maior fonte de riqueza e *status* financeiro desse grupo. Nesse sentido, destaca-se a seguinte citação: “Para a nossa sorte, os Bageseras não sabiam o que era o comércio e davam os dejetos do seu gado sem nada em troca. Nem mesmo a grande quantidade de pedidos os incitou a negociar sua riqueza” (MUKASONGA, 2017, p.49).

---

<sup>7</sup> “Twas, outra minoria referenciada como “pigmeus da floresta”, também concebidos autóctones (Schebesta apud Seligman, 1930), eram uma alteridade primitizada, radicalmente distante daquilo que a interpretação europeia pressupunha por povos civilizados”. (MENDONÇA, 2021, p.152)

Logo, ao relacionar os aspectos cotidianos presentes na narrativa de Scholastique Mukasonga, observamos como sua escrita reflete elementos de seu passado, especialmente durante a infância. Fica evidente o conhecimento que os tutsis ruandeses carregavam, o qual fazia parte de uma memória viva de suas tradições e sua relação com o gado. O passado de seu povo permanecia presente a todo momento nas pequenas coisas do dia a dia, conferindo relevância às atividades cotidianas.

Relacionada à sobrevivência, a economia dos Tutsis e Hutus era baseada principalmente na agricultura de subsistência e na criação de animais. Enquanto os tutsis eram conhecidos como criadores de gado, os hutus eram agricultores que cultivavam uma variedade de produtos, como milho, feijão e batata-doce.

Com a colonização europeia, houve uma transformação na economia da região, com a introdução de culturas comerciais, como o café e o chá, e o estabelecimento de uma economia monetária baseada na venda desses produtos para exportação. Os Tutsis foram beneficiados pelos colonizadores europeus, pois, embora não fossem originalmente donos de todas as terras, eles eram uma elite social e política na região antes da colonização. A posse de terra era determinada principalmente pelo status social e pelo papel na comunidade, e não pela etnia. No entanto, após a colonização, os tutsis se tornaram a elite política e econômica da região, controlando a maior parte das terras e do gado.

Com base nesses prestígios, uma estrutura de poder foi estabelecida para os tutsis. Mwani representava o rei que traria uma nova perspectiva, fortemente influenciada pelos fundamentos eurocêntricos, o que afetaria a relação de submissão dos hutus e resultaria em violência e exploração. As ações que sustentavam os dois grupos e mantinham uma relação de subserviência acabaria por desencadear uma ruptura na coesão da sociedade, com implicações diretas para os tutsis em 1994. Segundo Fonseca (2016, p. 227): “[...] uma das principais ações da população foi o abate do gado dos tutsis e a distribuição de sua carne para a população”.

As relações de domínio que os tutsis construíram sobre os hutus não estavam distantes dos mecanismos de violência física. Conforme mencionado por Mendonça (2021, p.153), nas memórias dos camponeses “ditos populares, nas experiências familiares e espaiada no imaginário ruandês estava a ideia de que os senhores tutsis haviam explorado e obtido submissão de hutus por um período longo demais.

A sociedade seguia uma tradição que envolvia a vida de todos dentro de uma cultura de troca, a qual repercutia diretamente no sistema social de Banyarwanda. Essa prática de mediação entre os dois grupos étnicos era *Ubuhake*, um termo ruandês que se refere a um sistema tradicional de partilha e troca de gado entre diferentes grupos sociais. Neste sistema, as

vacas são consideradas símbolos de riqueza e status, e frequentemente são utilizadas como meio de troca por bens, serviços ou até mesmo dotes de casamento.

Sob o sistema *Ubugake*, um proprietário rico de gado emprestava vacas a um indivíduo ou família menos afortunados, os quais cuidariam das vacas e compartilhariam sua prole com o proprietário original. Essa troca frequentemente estabelecia relações de dependência e submissão entre as duas partes, contribuindo para estabilidade econômica nas comunidades ruandesas.

No entanto, para além desse quadro de trocas, dentro desse contexto de relações exploradas, o *Uburutwa* era outro mecanismo que se tratava de uma ação que remetia à doação de um pequeno espaço de terra pelos tutsis e utilizado pelos hutus na prática de um trabalho, que, partindo desse consentimento entre as partes, envolvia sobrevivência e submissão para um, e cultivo e ascensão para outro.

À medida que as rupturas surgiam, abalavam as relações políticas entre esses grupos. É importante destacar que, mesmo antes da chegada dos europeus, os tutsis exerciam controle sobre os hutus por meio de punições e práticas discriminatórias. A aproximação dos tutsis com os europeus, tornou-se inevitável, uma vez que uma conjuntura externa baseada em características de domínio ocidental passou a influenciar ainda mais a forma de governar da aristocracia tutsi. Sob essa nova dinâmica, um novo fundamento foi estabelecido, afetando tanto os aspectos religiosos quanto as tradições culturais dessa sociedade.

A divisão étnica radical gerida pelo colonialismo, principalmente o belga, que durou pouco mais de quatro décadas, tomou forma por meio de uma série de interpretações, representações, discursos e atos burocráticos responsáveis por subjugar e dominar os grupos dali. (MENDOÇA, 2021, p.151).

Além disso, essas ações estavam contribuindo para um desequilíbrio em relação ao restante da população, uma vez que os tutsis estavam cada vez mais ascendendo socialmente e encontrando novos mecanismos para exercer um maior controle sobre as terras, fundamentais para a reprodução do gado, que era considerado sagrado. Nessa conjuntura, em que um grupo étnico era privilegiado, em detrimento do outro, torna-se pertinente ressaltar que “a etnicidade é utilizada como mecanismo e instrumento de alinhamento político, acabando as clivagens étnicas por estar associadas a clivagens políticas” (FERREIRA, 2014, p.18).

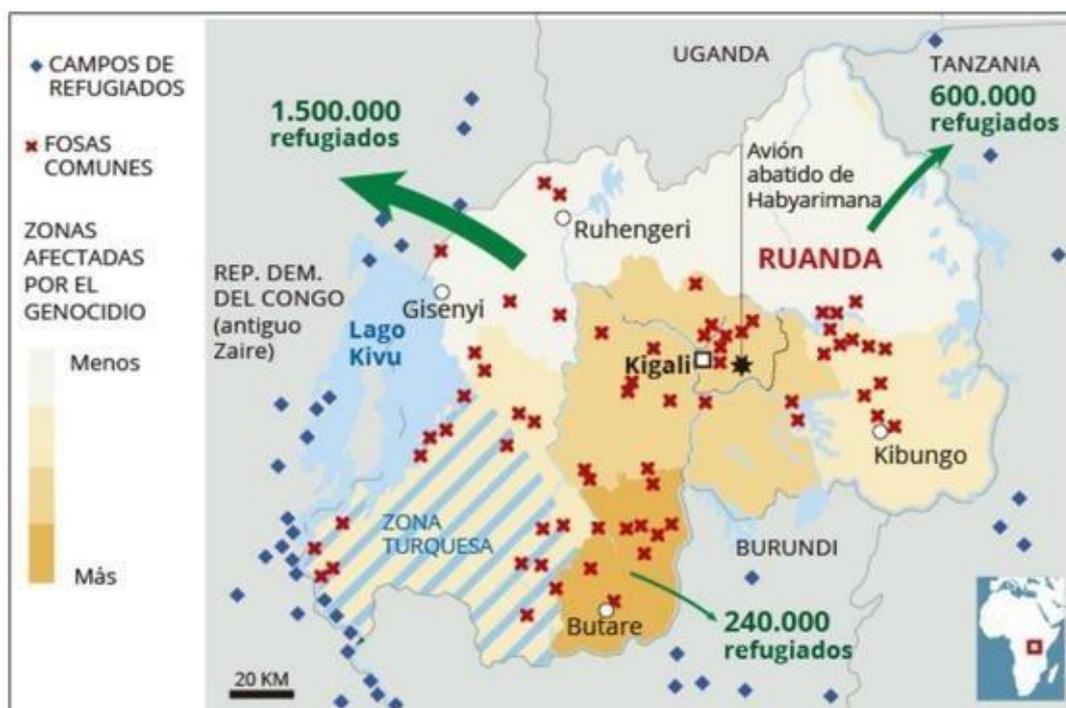
Esse efeito de crescimento unilateral está relacionado com as características absorvidas a partir de uma condição consagrada pelos colonizadores, promovida pela ideia de civilização, que destacava o envolvimento da aristocracia tutsi. Esse mecanismo prevalece devido às condições de privilégio, uma vez que os belgas se apropriaram dessa relação

favorável para promover seus interesses. Os tutsis se consideravam superiores aos hutus por sua proximidade com os brancos e se posicionavam como dominantes no centro do poder, conforme assegurado pela figura do homem branco. Destaca-se: “[...] O branco é, a vários respeito, uma fantasia da imaginação europeia que o ocidente se esforçou por naturalizar e universalizar” (MBEMBE, 2013, p.84). Além disso, outros elementos também são utilizados pelos europeus para reforçar a superioridade dos tutsis, associando-se a aspectos biológicos e fenotípicos e destacando o favorecimento de um único grupo. Essa proximidade com os belgas evidencia um sentimento sutil que fortalece a violência por parte do tutsi no tratamento das relações com os hutus, resultando na figura do dominador.

## 2.1 COLONIALISMO EM RUANDA

Ruanda foi um dos últimos países do continente africano a ter contato com os colonizadores, nesse contexto, com os belgas.

Mapa 1 - O mapa dos maiores massacres durante o genocídio de Ruanda e as principais migrações por ele causadas



Fonte: <https://www.elperiodico.com/>, 2023

A chegada dos belgas em Ruanda, em 1910, e as interações com os diferentes grupos étnicos promoveram uma política de separação. Os belgas estabeleceram critérios de diferenciação e, ao fortalecerem sua relação com os tutsis, basearam-se em características físicas semelhantes entre tutsis e os brancos. Essas semelhanças foram utilizadas para justificar a dominação e a opressão, fundamentada no conceito de raça, que se refere a um grupo de pessoas que compartilham características físicas, como cor da pele, tipo de cabelo, formato do rosto, entre outras. Essa relação de poder fortalecia os tutsis como os líderes e marginalizava os hutus, colocando-os em segundo plano. As relações com os grupos étnicos fomentaram uma política de separação. Esse processo se infiltrou em Ruanda e, a partir das percepções que os belgas assimilaram ao fortalecerem uma relação com os tutsis, basearam-se no critério de formação que reforça e declara uma similaridade física entre os próprios tutsis e os brancos, uma vez que a égide de poder pertencia a esse grupo. Destaca-se que:

Por princípio de raça, subentende-se, aliás, a forma espectral de divisão e de diferença humana susceptível de ser mobilizada para fins de estigmatização e de exclusão, de segregação, pelas quais tenta isolar, eliminar e, até destruir fisicamente determinado grupo humano”. (MBEMBE, 2013, p. 102).

Uma manifestação pautada por aspectos científicos e em uma religiosidade eurocêntrica influenciou a forma social de Ruanda. Além do regime imposto, a cristandade ocidental pesava como um fator divino. Quanto mais os tutsis se envolviam nesses conhecimentos, que eram diferentes de suas formas tradicionais, mais se apegavam às estruturas de teses hamíticas. Essa tese relacionava-se com os traços físicos e delicados da etnia tutsis e afirmava que os grupos que não pertenciam à elite do poder deveriam servir a aristocracia por estes serem considerados superiores.

Essa teoria imaginada e defendida com afincos pela antropologia cânone da época, aplicada pelas missões católicas e aparato colonialista foi organizadora da racialização/etnização da sociedade ruandesa. Nela os tutsis foram definidos grupo superior por serem concebidos como descendentes de negros europeus (hamitas) e, por isso, portadores de características que os ligava à superioridade europeia. (MENDONÇA, 2021, p.152)

As ‘teorias hamíticas’ são um conjunto de teorias obsoletas e com viés racial que surgiram na Europa nos séculos XIX e XX, com o objetivo de explicar a origem dos povos africanos. Essas teorias afirmavam que as populações africanas eram compostas por duas raças distintas: os “hamitas” ou “camitas”, considerados um grupo racialmente superior e dominante, e os “negros” ou “bantus”, vistos como uma raça inferior e dominada. Os hamitas eram descritos como povo nômades, altos, magros, com traços faciais caucasianos e portadores de uma cultura considerada “superior”. As teorias hamíticas foram utilizadas para justificar a

colonização europeia da África, argumentado que os povos africanos eram “incapazes” de se autogovernar e necessitavam ser “civilizados” pelos europeus.

Os brancos pretendiam saber melhor do que nós quem éramos e de onde vínhamos. Eles nos apalparam, nos pesaram, nos mediram. As conclusões a que chegaram foram categóricas: nossos crânios eram caucasianos, nossos perfis, semíticos, nossa estatura, nilótica. Eles conheciam até mesmo nosso ancestral, estava na bíblia e se chamava cã. Nós éramos os quase brancos, apesar de algumas mestiçagens repugnantes, um pouco judeus, um pouco arianos. Os cientistas (a quem devíamos ser gratos) tinham feito até uma raça sob medida para nós: nós éramos os camitas! (MUKASONGA, 2017, p. 121)

Além de atribuir uma relação nos princípios do cristianismo que os designavam como os filhos legítimos de um poder que, por meio de seus status sociais ligados a pecuária, os proclamava como os verdadeiros herdeiros da elite de Banyarwanda. Essa nova forma de considerar a relação dentro da sociedade reconfiguraria medidas que afetariam a harmonia entre os grupos étnicos e estabeleceria uma divisão por meio da emissão de documentos de identidade que evidenciavam cada grupo, resultando em um período de segregação e hostilidade.

A aristocracia tutsi já existia antes da chegada dos europeus, sendo o rei a máxima autoridade naquela sociedade. É importante destacar que dentro da sociedade tutsi havia a possibilidade de mobilidade social dos hutus, pois: “Ser tutsis era sinônimo de riqueza e na época da monarquia era possível ao hutu de renda financeira considerável se tornar tutsi, da mesma forma que um tutsi que tinha suas finanças rebaixadas passava a ser reconhecido como hutu” (SANTOS, 2019, p.10).

A partir das condições que eram estabelecidas, o que era possível considerar para a mobilidade social estava ligado ao matrimônio entre os grupos dos quais o “hutu (o que era determinado pela sua linhagem patrilinear) se tornaria tutsi por casamento ou por ter acumulado riqueza, existindo uma cerimônia que reconhecia a passagem de um grupo a outro” (FERREIRA, 2014, p.12). Este era um mecanismo de mudança social.

Além disso, após interferências europeias, a forma de governar em Banyarwanda se transformou e o governo tutsi passou a reconhecer cada vez mais a existência de separação e distinção entre os membros da sociedade.

Na nova esfera que caracterizava Ruanda, os procedimentos das atividades costumeiras seguiam a base tradicional. No entanto, houve deslocamentos relevantes na forma de trabalho, resultando em ações que despertavam alertas para uma luta em busca de direitos, tendo em vista as diferenças impostas entre os grupos, incluindo a exploração de trabalho, como mencionado por Fonseca:

[...] o início da colonização não trouxe mudanças tão significativas na divisão do trabalho da sociedade Banyarwanda, tendo em vista que os tutsis foram mantidos

como senhores, enquanto os hutus continuaram como subordinados. Mas, por outro lado, os Banyarwandas mudaram durante a colonização o modo como tais grupos passaram a legitimar as suas diferentes posições sociais, já que antes seriam pautadas por um equilíbrio costumeiro, enquanto no período colonial iniciou-se uma legitimação pautada principalmente em questões raciais. A centralidade em tais questões raciais faz com que a relação entre a aristocracia e o restante da população fique cada vez mais fragilizada, trazendo novas práticas sociais e, conseqüentemente, novas formas de entendimento acerca das identidades locais. (FONSECA, 2019, p. 8)

Nesse contexto, a produção compulsória do café se tornou combustível para o colonialismo, resultando em mudanças evidentes na sociedade de Banyarwanda. Assim, a aristocracia influenciada pelos colonizadores implementou nova esfera de trabalho, culminando na intensificação da exploração dos hutus. Essa exploração ocorre devido à utilização do conhecimento técnico-agrícola e de manejo do trabalho dos hutus, direcionados exclusivamente para a produção do café, a fim de atender às demandas dos colonizadores. Os resultados dessas novas atividades logo se manifestaram na insatisfação dos hutus.

A desigualdade social se expande significativamente na sociedade, à medida que as transformações relacionadas ao crescimento territorial e a demanda de trabalho são introduzidas de forma mais precisa. Uma das medidas mais marcantes propostas pela aristocracia tutsi é a apropriação de terras para o cultivo do café. Essa ação tem um impacto negativo na população hutu, pois quebra a antiga formalidade “contratual” existente entre os membros da sociedade.

O laço entre o poder monárquico ruandês e o colonialismo belga fez com que os aristocratas de Ruanda começassem a cada vez mais a aumentar o número de igikingis (terras destinadas aos tutsis) com o intuito de plantarem mais café, mas também de manter o seu precioso gado. Por outro lado, o aumento dos igikingis levou à uma queda dos ubukondes (terras destinadas ao restante da população) na qual era plantada boa parte dos alimentos (FONSECA, 2016, p.214)

Em seguida, as ações do cotidiano de Banyarwanda passaram por transformações significativas. Após os estabelecimentos de relações de favorecimento e fortalecimento entre os tutsis e os belgas, motivadas por interesses políticos e religiosos, especulou-se que a aristocracia tutsi passou a buscar maior autonomia e independência dos colonizadores belgas, gerando um movimento crescente em prol da independência.

Essa busca por autonomia acentuou a disparidade entre os grupos étnicos, evidenciando uma assimetria de poder. Além das percepções dos hutus em relação à nova situação, a sociedade caminhava rumo a uma nova identidade governamental. A perspectiva tutsi de que os colonizadores belgas não deveriam mais fazer parte das delegações de poder juntamente com outros fatores sociais, resultaram em transformações nas relações de forma geral, levando os colonizadores a apoiarem a ideia de uma revolução liderada pelos hutus.

“Talvez as autoridades hutus, postas para governar uma Ruanda outra vez independente, esperassem que os tutsis de Nyamata<sup>8</sup> fossem aos poucos dizimados pela doença do sono e da fome”. (MUKASONGA, 2017, p.9). Em 1960, a família de Mukasonga foi obrigada a entrar em exílio. "Exílio" é a palavra que a autora utiliza para retratar o futuro dos tutsis, representando um novo cotidiano que reflete conjuntura distinta do passado elitista da aristocracia que governava Ruanda. Além disso, o exílio vai além das relações de poder que existiam anteriormente.

Nesse novo contexto, em 1960, os tutsis enfrentam a realidade de serem forçados a deixar o país e buscar refúgio em outras nações. O exílio se torna uma condição imposta aos tutsis, privando-os de seu lugar de origem e de sua identidade profundamente ligada à história de Ruanda. Essa ruptura acarreta desafios emocionais, sociais e econômicos, exigindo dos tutsis a adaptação a uma nova realidade e a busca por meios de subsistência fora de seu país natal.

A partir disso, a autora destaca na obra a transformação profunda que ocorre na vida dos tutsis, focando nas consequências do exílio e nas dificuldades enfrentadas por essa comunidade diante da perda de suas raízes e da necessidade de reconstruir suas vidas em um ambiente estrangeiro. O exílio simboliza a desestruturação das relações sociais e a ruptura com a tradição, marcando um momento de mudança e desafio significativo para os tutsis.

## 2.2 DERRUBADA DA ARISTOCRACIA TUTSI E UM CONFLITO IMINENTE

No processo de dominação em Ruanda, o manifesto hutu surge como uma abordagem para desmobilizar e destruir a forma de poder que já não se adequava aos novos fatores sociais submetidos a sociedade, especialmente à maioria hutu. Na perspectiva hutu o maior desafio era derrubar o inimigo, no caso, a monarquia tutsi. Essa manifestação era vista como passo fundamental para alcançar a justiça e a igualdade entre os grupos étnicos em Ruanda. Mesmo que fosse utilizando mecanismo oriundo dos belgas, “[...]buscando o apoio dos colonialistas belgas para realizar uma forma de “transição transada” e conseguindo inclusive suporte militar por parte dos belgas, corroborando assim com a revolução e a expulsão dos monarquistas tutsis” (FONSECA, 2019, p.12).

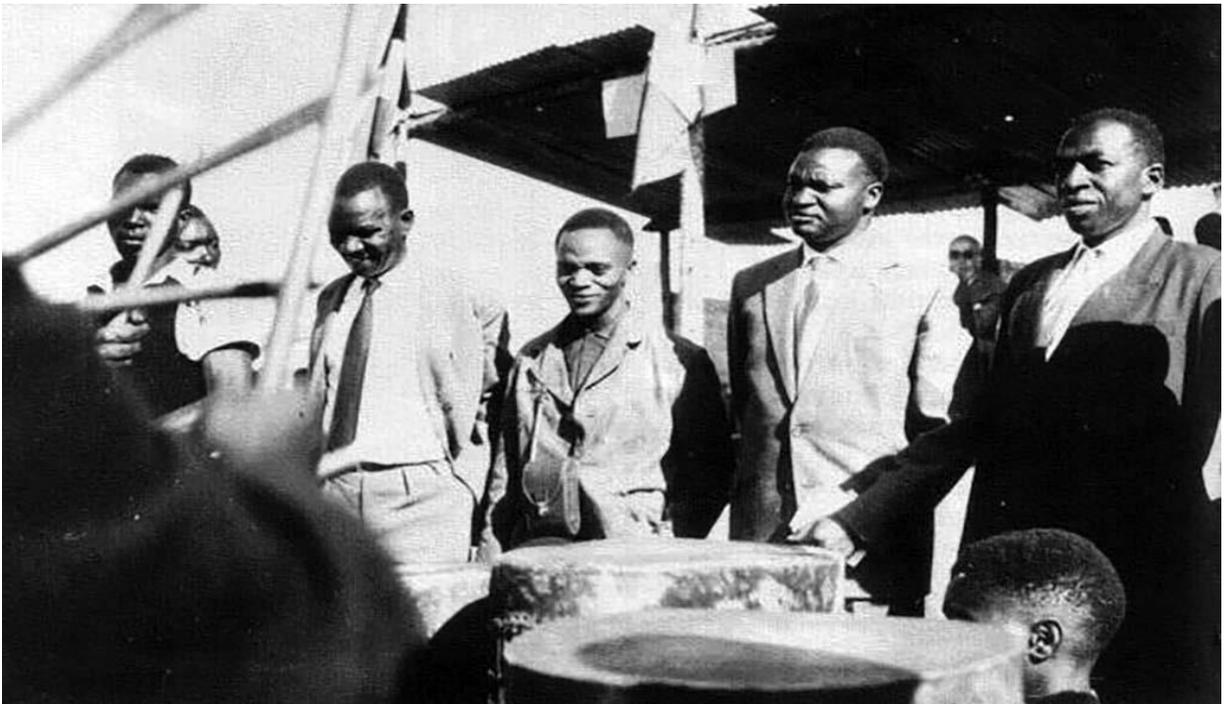
O manifesto Hutu foi um documento publicado em 1957 por líderes políticos hutus em Ruanda. Ele foi uma resposta às políticas coloniais belgas que favoreciam os tutsis, e propôs

---

<sup>8</sup> Nyamata é uma cidade no distrito de Bugesera, lugar que a família de Scholastique Mukasonga viveu até o do , genocídio em 1994.

uma mudança radical no equilíbrio de poder entre as duas etnias. A partir desse manifesto, surgiu o partido PAHUTU (Partido do Movimento de Emancipação dos Hutus), que desempenhou um papel na luta pelo poder e na formação de um governo de transição após a abolição da monarquia tutsi pela Bélgica, em 1959. Liderados por membros desse partido, foi estabelecido um governo de transição que se encarregou de conduzir o processo político no país. Esse governo realizou eleições em 1961<sup>9</sup>. A figura 3 apresenta a Proclamação da República, 28 de janeiro de 1961. Ao centro, o Sr. Kayibanda, presidente do partido Parmehutu. À sua direita, MV Kayuku. À sua esquerda, os Srs. D. Mbonyumutwa e B. Bicomumpaka.

Figura 3 - Declaração da República, 28 de janeiro, de 1961



Fonte: <https://www.jambonews.net>, 2023.

Dentre outras ideias, o manifesto argumentava que os tutsis não eram uma raça superior, como haviam sido retratados pelos colonizadores, e que os hutus, sendo a maioria, deveriam ter o poder político e econômico em Ruanda. Além disso, acusava os tutsis de oprimir os hutus, trair a nação ruandesa e defendia a abolição da monarquia tutsi e a democratização do país.

<sup>9</sup> Ver mais em: <https://www.jambonews.net/actualites/20110128-rwanda-democratie-inachevee/>, acessado em 02 de jul. de 2023.

O documento teve um impacto significativo na política ruandesa e é considerado fator importante na ascensão do Movimento Nacional Ruandês (MRND), liderado por Juvénal Habyarimana, que governou o país de 1973 até o genocídio de 1994. Embora o manifesto Hutu tenha sido escrito em um contexto histórico diferente, sua retórica inflamada e divisiva foi utilizada por líderes políticos hutus para justificar a violência contra os tutsis décadas depois.

A partir desse novo conflito gerado, diante da produção midiática internacional que evidencia esse processo em Ruanda, em diferentes momentos é enfatizada a postura dos colonizadores, por vezes retratados como os salvadores de “sociedades não civilizadas”, indicando que a intervenção estrangeira era necessária para trazer ordem e progresso ao país.

[...] concepção acerca do colonizador que o entende como o sinônimo do “progresso” frente ao “atraso” que a sociedade Banyarwanda viveria, em que o europeu seria uma espécie de agente tutelar que deveria ensinar uma criança a como chegar a sua fase adulta com mais segurança (FONSECA, 2019, p.11).

Coube dentro desse contexto de conflitos, tensões que ultrapassavam as relações culturais, uma vez que as dinâmicas dos atores relacionadas às práticas que firmavam a sociedade continuavam a ser seguidas. No entanto, havia uma nova forma de adequação de trabalho que fomentava uma dinâmica que apela para a violência numa perspectiva da exploração. Pois os hutus, diante do novo quadro, reivindicavam melhores condições sociais frente a esse governo colonial abraçado pelos tutsis.

Conforme os protestos em Ruanda eram gerados pelos hutus, havia o apoio parcial e uma aliança do principal agente do cerne da mudança social: os belgas. A luta pela independência chega de forma calorosa e que irá experimentar um novo contexto histórico. Uma monarquia que não conseguia mais se sustentar era derrubada. É importante ressaltar que, durante a formação dessa frente de tomada de poder, além do grupo dos hutus representarem a maioria, havia uma pequena parcela de tutsis que haviam perdido privilégios e também reivindicavam mudança na conjuntura de poder, ou seja, não há um discurso, por ora, de uma divisão étnica.

Como todo processo de revolução é desencadeado através de um estopim, na conjuntura ruandesa também se materializava uma situação nessas dimensões, sendo assim Fonseca analisa:

O início da explosão para o processo revolucionário deu-se em 1959, quando um líder popular hutu foi espancado por jovens tutsis atrelados à aristocracia local. Com a agressão, correram boatos de que a vítima teria falecido, o que fez com que a população saísse às ruas em uma série de protestos para pedir o fim dos privilégios da aristocracia tutsi. (FONSECA, 2019, p. 15)

Ruandeses lutavam pela derrubada de um governo monárquico, logo, a fase de independência caminhava para um período que aparentava que a sociedade de Ruanda conceberia essa nova forma social e de progresso para todos. No entanto, a complexidade explica a forma de estrutura dessa sociedade, as revoltas são o grande referencial de luta pelo fim da exploração do trabalho, vindos da produção agrícolas; os primeiros passos dos hutus nessa conjuntura seriam agregar seus interesses no desenvolvimento da sociedade no sentido de bloquear o monopólio da aristocracia tutsis, que detinham influência e poder como citado anteriormente. No entanto, os conflitos entre os grupos sociais são explicados a partir dessa ideia de a qual grupo pertencerá o poder, uma vez que os tutsis se recusavam a perder o status de evidência vindo de um legado ancestral, enquanto os hutus não se apegavam mais à ideia de subserviência, e ainda eram influenciados pela presença do colonizador, destaca-se que:

A crise chegou a seu ponto máximo com a notícia da morte súbita do mwami mutara III, o que fez aumentar o sentimento anti belga dos tutsis, reforçadas pelos recentes acontecimentos pró- independência do congo Belga. Como os próprios tutsis designaram como sucessor Kigeri V, a 28 de julho, ainda durante o desenrolar da cerimônia fúnebre, excluíram a autoridade belga. Esse fato reforçou o sentimento pró-hutu por parte da administração colonial. Nessa conjuntura marcada por uma evidente crise política [...]” (HERNANDEZ,2005, p.428).

A partir dos manejos para estruturar essa sociedade que cada vez mais se transformava, a criação de partidos é instituída na condição de elucidar um perfil democrático, no entanto, o que restou posteriormente foi um quadro de violência realizado pelos adversários hutus e a fuga de grande parte dos tutsis, a partir desse ciclo aconteceria o nascimento de uma elite hutu governada por Gregorie Kayiabanda, nos anos 60. Evidencia-se a partir daí que “[...] os acontecimentos posteriores acabaram culminando com um dos mais violentos genocídios do século XX [...]” (HERNANDEZ, 2005, p.429).

Nos novos aparatos que se submetia o desenvolvimento e discussão de ideia dessa conjuntura, era evidente que todos estavam de acordo que o principal objetivo era destituir qualquer forma de governo autoritária e que explorasse as formas de trabalho de um povo desprovidos de privilégios. No entanto, equivale ressaltar que a supremacia hutu se tornará um dos destaques de opressão e perseguição contra os tutsis, resultando no pior ataque e genocídio no ano de 1994.

É na memória e vivências no contexto das guerras entre hutus e tutsis que Mukasonga construiu sua escrita. É o que vemos a seguir!

### 3 IMERSÃO NA LITERATURA DE SCHOLASTIQUE MUKASONGA

As mulheres negras são fortes marcadores de resistência, resiliência e luta, enfrentando constantemente obstáculos que permeiam as várias categorias sociais e políticas em que estão inseridas. Diante de desafios sistemáticos, essas mulheres emergiram como líderes em suas comunidades, no trabalho, na educação e na construção de seus lares, além de representarem a figura materna. Mesmo diante de uma trajetória marcada por exploração e discriminação, elas se destacam em diversos campos, demonstrando sua inegável força e habilidades de resiliência.

As mulheres tutsis, objeto de nossa pesquisa, desempenham um papel fundamental na sociedade ruandesa. Elas são responsáveis por atividades essenciais, desde os cuidados familiares e a luta pela sobrevivência dos filhos até o interesse em busca de educação e casamentos, eventos tão importantes que conseguem reunir desde as mais jovens até as mais experientes para compartilhar conselhos valiosos.

A valorização da beleza era um aspecto relevante na cultura tutsi, especialmente nos pés das mulheres, pois era considerado um indicativo de sua dignidade para o casamento. Entretanto, a verdadeira beleza ia além da aparência, estava refletida na mulher como um todo. No romance de Mukasonga, a mulher tutsi é aquela que não adota o estilo eurocentrado de viver, preferindo abraçar sua própria cultura e tradições, vivendo em sua Inzu (casa tradicional). Essas mulheres são exemplos notáveis de resistência e autenticidade, rejeitando assimilações e preservando sua identidade cultural única.

As mulheres tutsis são protagonistas de uma rica história e herança cultural que merecem ser reconhecidas e valorizadas. Ao estudá-las, buscamos compreender suas experiências únicas e ressaltar a importância de reconhecer a diversidade cultural, desafiando a perspectiva eurocentrada e apreciando a riqueza das tradições africanas.

Nesse sentido, a literatura africana desenvolve papel fundamental na preservação das vozes e memórias das mulheres negras e Mukasonga utiliza a escrita como forma de compartilhar histórias que refletem sua experiência, evidenciando narrativas que se tornam poderosos meios de resistência, permitindo que as vozes das mulheres negras sejam ouvidas e lembradas.

### 3.1 MATERNIDADE NEGRA

A instituição maternidade sempre aproximou as mulheres ao *status* de algo muito glorioso, no entanto, é necessário saber a quem e qual contexto ela romantiza, pois, quando se retrata a mulher negra dentro dessa função, diversos marcadores permeiam esse corpo. Neste cenário, a maternidade negra é revestida por uma roupagem que, quando discutida, se faz parecer que ela é vivenciada de maneira universal seja ela por mulheres brancas e negras. No entanto, as narrativas maternas negras evidenciam as multifaces dessa figura que envolve debates “assertivos” acerca de sua disponibilidade para essa função quando subordinada a branquitude<sup>10</sup> como, também, o detrimento desta figura para a própria comunidade negra.

A socióloga Oyèrónké Oyěwùmí faz uma abordagem em seus discursos sobre o sentido africano na construção ocidental de gênero que influencia diversas sociedades, de fato, afetadas pelo imperialismo, categorizando os corpos em masculino e feminino com base nas características biológicas, que muitas vezes enfatizam normas e expectativas rígidas sobre como os indivíduos devem se comportar e se identificar.

No entanto, sociedades africanas possuem uma compreensão mais fluida e aberta de gênero, pois nessas culturas, a identidade de gênero é vista como algo mais diversos e complexo. Ao destacar essa diferença, desafiando a narrativa dominante ocidental, a socióloga está chamando a atenção para o fato de que as construções de gênero são socialmente construídas e podem variar de acordo com a cultura, as tradições e as experiências específicas de cada sociedade.

[...] iorubás nos dizem é que o corpo nem sempre está em vista e à vista da categorização. O exemplo clássico é a fêmea que desempenhava os papéis de oḃa (governante), oṃo (prole), oḃo, aya, iyá (mãe) e aláwo (sacerdotisa-adivinhadora), tudo em um só corpo. Nenhuma dessas categorias sociais, seja de parentesco ou não, tem especificidade de gênero. (OYÉRÓNKÉ,1997, p.66)

A discussão sobre o conceito de mulher a partir da união de itens ocidentais estão relacionados aos encargos biológicos, além disso, numa perspectiva feminista ocidentalizada implica que há uma concepção de “mulheres” como um grupo universal que é problemática, pois nesse sentido abrange-se disparidades entre experiências, lutas e identidades, pois há

---

<sup>10</sup> A branquitude é um conceito que se refere à identidade racial construída socialmente associada às pessoas brancas. Envolve privilégios, normas culturais e poderes atribuídos a esse grupo em sociedades racialmente estratificadas. Não é uma característica intrínseca, mas uma posição social e estrutural que perpetua a supremacia branca.

diferentes realidades nas vivências das mulheres, principalmente as negras. Implica-se, também, nesse conjunto de pensamento na construção do gênero, uma influência de visões e estruturas ocidentais que marginaliza as experiências de outras mulheres que não se enquadram nessa estrutura ocidental, como as mulheres negras, por exemplo. A maternidade negra quando é abordada nos bancos de pesquisas acadêmicas no Brasil é retratada, na maioria das vezes, a partir dos aspectos violentos de uma sociedade que mutilou os corpos femininos negros desde o período da escravidão, assim afirma MELLO E SOUZA (2018, p.16):

A maioria das obras e artigos encontrados em acervos digitais sobre mães negras se referiam a violência obstétrica que as mulheres negras sofreram durante a gravidez, a movimentos de mães de vítimas de violência policial, à representação de mulheres negras nas mídias e obras literárias.

A maternidade negra se contextualiza em diversos esforços seja ela por sangue, de criação ou da comunidade, afirma Collins (2019), porém no contexto ocidental é potencializada constantemente de forma negativa. Utilizando dos parâmetros do EUA Collins afirma que (2019, p. 187) “retratar as afro-americanas como matriarcas permite que homens e mulheres brancos culpem as mulheres negras pelo fracasso de seus filhos[...]”. Assim, o conceito teórico desenvolvido pela população atravessa gerações, perpetuando uma visão enviesada e predefinida sobre a mulher negra, ignorando a diversidade de experiências vivenciadas em diferentes sociedades.

A maternidade negra é um tema que envolve questões complexas e profundamente ligadas às relações de opressão na sociedade, é necessário discutir sobre esse lugar tão enaltecido pela comunidade branca, pois ser uma mãe negra é atravessar questões de opressão. As mulheres negras, como grupo social, estão sujeitas a múltiplas formas de opressão, incluindo o racismo, o sexismo e o classismo, que impactam suas vidas de maneiras diferentes e frequentemente interconectadas.

Quando se trata de maternidade negra, essas opressões podem ter um impacto particularmente forte. As mulheres negras muitas vezes são estereotipadas como mães inadequadas ou desleixadas, o que pode levar a uma maior vigilância e controle por parte do sistema de justiça, que por sua vez detém grande número de jovens presos da comunidade negra.

Assim como a maternidade negra também é explorada por homens negros que, em sua forma de validar a figura feminina negra materna participam de posicionamento que muito se aproxima do arquétipo tradicional da maternidade ocidental que em muitas vezes “negam-se a reconhecer os problemas enfrentados pelas mães negras” (COLLINS, 2019, p. 380), e dessa

forma perpetuam um significante pejorativo que permeia as mulheres negras denominando-as como “mãe negra superforte”.

O corpo da mulher negra durante a escravidão na América foi utilizado de forma mercadológica sendo dessa forma violado e os filhos gerados foram designados como forma de lucro, pois eram vendidos, iniciando nesse ato a primeira prática sobre a quebra da identidade materna negra na sociedade ocidental. No cenário africano de todas as funções aferidas às mulheres negras a maternidade é um conceito que surge como uma dádiva entre a espiritualidade e o mundo físico. Segundo Collins (2019, p. 380): “Historicamente, o conceito de maternidade é central nas filosofias dos afrodescendentes”.

Nesse sentido, a maternidade negra quando legitimada nesse campo físico perpassa por constante luta, uma vez que, a violência está atrelada ao cotidiano dessas mães, estado esse que é abordado na obra de Scholastique Mukasonga, onde se evidencia por meio de memórias o cotidiano de guerra no qual se sobressaem os relatos de relações materna e afetividade. Mukasonga apresenta como Stefania se portava diante do perigo no contexto de guerra em Ruanda: “Minha mãe tem somente uma ideia na cabeça, o mesmo projeto para todos os dias, uma única razão de viver: salvar os filhos”. Ou até mesmo estar atenta constantemente sobre os perigos da vida “Mamãe não deixava nada nas mãos do acaso” (MUKASONGA, 2017, p.14).

Essa dinâmica sobre a forma como as mães negras estão acostumadas a pensar sobre a segurança dos filhos perpetua na relação que é construída entre eles. Na obra de Mukasonga a autora evidencia o privilégio de ser mãe naquele contexto: “Em Ruanda, dizia minha mãe, as mulheres tinham orgulho de ter filhos. Muitos filhos”. (MUKASONGA, 2017, p. 20). No entanto, seguindo uma lógica exposta sobre o destino das crianças negras à violência ser sempre potencializada reflete nas mães “a dor de saber o que o futuro reserva às crianças negras, aliadas à sensação de incapacidade de protegê-las, é outra problemática da maternagem negra”. (COLLINS, 2019, p.418).

Para Mukasonga, seguir protegendo seus filhos se torna uma das principais preocupações:

Todas as mulheres do vilarejo deveriam invejá-la. Ela tem sete filhos, todos meninos. O que uma mãe poderia desejar mais do que isso? Porém, ela olha os filhos com tristeza, com desespero. Não tira os olhos de cima deles. Ela não quer que eles se afastem, não deixou que fossem à escola. Não manda os filhos buscarem água, pois tem medo de que eles não voltem do lago Cyohoha. Eles nunca foram ao mercado de Nyamata, parecem estar à espera da morte. Ela só tem meninos. A vez das mulheres, das meninas, também vai chegar (MUKASONGA, 2017, p. 20)

A maternidade negra é marcada por uma série de características distintas e valorizadas. Além de ser responsável pelo cuidado e proteção de seus filhos, a mãe negra também desempenha um papel fundamental na comunidade. Suas habilidades são exploradas de forma ampla, incluindo conhecimentos medicinais tradicionais que são transmitidos de geração em geração. Dessa forma, ela desempenha um papel central não apenas na vida de seus filhos, mas também na preservação da saúde e bem-estar da sua comunidade:

Stefania não era uma dessas curandeiras que consultamos em casos graves, com esperança e medo, mas, como a maioria dos ruandeses, ela conhecia muitos medicamentos que ela própria confeccionava e aplicava, conforme o caso, com convicção e, me parece, no mais das vezes, com sucesso. (MUKASONGA, 2017, p.59)

A maternidade negra não se constrói apenas sob a força de uma única mulher, pois as relações com a comunidade definem a dinâmica dos cuidados com as crianças negras e a forma como elas se realizam na função. Segundo Collins (2019, p.385) “em todas as épocas, a forma como as mulheres negras se relaciona entre si, com seus filhos, com a comunidade e com elas próprias dependeu de como se expressou essa relação dialética entre a gravidade da opressão”. Mukasonga ao descrever a relação que sua mãe mantinha com a comunidade ressaltava em vários momentos como os cuidados perpetuavam com aqueles que não eram seus filhos de sangue:

Stefania tinha pena das pobres crianças que, por causa da ignorância do pai, não podiam ficar com as outras e eram afastadas dos benefícios da civilização. Ficou decidido, em acordo com outras mulheres, que cuidaríamos primeiro Nyiramajyambere. Vale lembrar que Nyiramajyambere, a mulher-civilizada, tinha um nome predestinado. (MUKASONGA, 2017, p.138)

Acerca do que é evidenciado na obra de Mukasonga sobre as mães que são memorizadas constantemente, incluindo sua própria mãe, compreende-se que a maternidade é um lugar de honra para as mulheres de Ruanda, no qual elas se unem para perpetuar as relações construídas na sua infância com seus filhos. Esse local de memória, quando comparado as narrativas que Patrícia Collins (2019) descreve em seus textos sobre a maternagem nos EUA, evidencia que numa sociedade heteronormativa e opressiva, estereótipos construídos diante da mulher negra entram em contraste com a figura que é construída para a maternidade branca.

A invalidação da maternidade negra é potencializada até a atualidade quando o discurso sobre a forma como a qual as mulheres negras educam suas crianças é colocada em xeque. Nesse cenário, é importante ressaltar que as mulheres negras assumiram diversas funções de trabalho, o que reforçou a separação entre a mãe e suas crianças,

segundo Collins (2019, p.384)

A maternidade pode ser um espaço no qual as mulheres negras se expressam e descobrem o poder da autodefinição, a importância de valorizar e respeitar a si mesmas, a necessidade de autonomia e independência, assim como a crenças no empoderamento da mulher negra. Essas tensões fomentam um espectro de respostas. Algumas mulheres veem a maternidade como um fardo que sufoca sua criatividade, explora seus trabalhos e as torna cúmplices de sua própria opressão. Para outras, a maternidade promove o crescimento pessoal, eleva o status da comunidade negra e serve de catalisador para o ativismo social.

As relações afetivas que as mães ruandesas constroem com seus filhos são determinantes no conhecimento histórico das crianças e na sua representatividade, pois muito do que é construído está ligado ao afeto na cura de cicatrizes deixadas por marcas oriundas do colonialismo, que por sua vez estão alinhadas às ações deixadas pela estrutura patriarcal.

Mamãe se senta na esteira encostada no biombo que esconde a ama maior. Ela estica as pernas e tirar da cabeça o lenço improvisado, feito com um pedaço de tecido que ela aproveitou de um pano antigo. Ela o dobra com cuidado e coloca na borda do cesto cheio de feijão. Estamos as três sentadas na frente dela. Pouco a pouco vamos sentindo o calor do fogo tão próximo, uma sensação agradável de torpor nos invade, o fogo é apenas uma luz leve. Está na hora de contar histórias... (MUKASONGA, p.117, 2017)

A figura central da mãe negra é uma ideia poderosa e positiva que tem sido valorizada por muitos movimentos de justiça social e feminismo negro. De acordo com Collins (2019, p.388): “Redes de mulheres organizadas e resilientes, formadas por mães de sangue e de criação, são fundamentais para compreender essa centralidade”. Elas representam a força e a resiliência das mães negras que lutam por suas famílias e comunidades em face da adversidade, e servem como inspiração para a luta contra a opressão e a injustiça. Em ‘*A mulher de pés descalços*’ a autora aborda sobre a forma como as mães de Ruanda formam essa rede de resiliência.

Na manhã de festa todas as mulheres foram à casa de Marie- Thérèse preparar a comida que seria oferecida às crianças. Fizeram feijão e, sobretudo, batatas-doces, as melhores, com a polpa branca e farinhenta. A refeição principal da festa, o *ubunyano* foi inserida à noitinha, quando o sol se tornara vermelho já quase se pondo por detrás das bananeiras. Então, todas as crianças de Gitagata foram para a casa de Marie-Thérèse. Sentaram-se nas esteiras que estavam dispostas em círculos no pátio. As mães se sentaram atrás de nós. Não havia homens, o *ubunyano* não lhes dizia respeito. No meio do círculo de mulheres e crianças, havia uma esteira grande. Ficamos aguardando. Depois de um tempo, quando a lua já estava no céu, Marie-Thérèse veio com seu bebê e se sentou no meio na grande esteira. Ela apresentou o bebê para as crianças e mulheres do vilarejo e, mesmo as que já o conheciam, que tinham ajudado no parto, fingiam, admiradas, que era o primeiro contato com ele. Diziam-nos que os recém-nascidos eram penteados pela lua e, realmente, ali eu vi, na cabecinha do bebê, que o astro tinha deixado o cabelo em forma de meia-lua, a sua semelhança. [...] já no dia seguinte, Marie – Thérèse colocava o bebê nas costas e passava, orgulhosamente,

de casa em casa, antes de ir para o campo. A partir daí, o bebê já podia sair de casa: ele tinha sido adotado pelo vilarejo. (MUKASONGA, p.67-69).

Apesar disso, no contexto social ocidental ainda há muito trabalho a ser feito para garantir que a centralidade da mãe negra seja plenamente reconhecida e valorizada em nossa sociedade. Isso envolve a criação de políticas e programas que apoiem as mães negras em suas funções maternas, bem como a promoção da igualdade e da justiça social para todas as pessoas, independentemente de sua raça ou gênero. É essencial que a mulheres negras perpetuem esse letramento, pois, segundo Collins (2019, p.387), “[...] uma vez que se baseia na agência delas, essa abordagem enfatiza a relevância das ideias e das ações das mulheres negras quando utilizam esse ponto de vista para enfrentar os desafios políticos, econômicos e sociais dos dias de hoje”.

A educação das crianças negras tem sido historicamente marcada por desigualdades e discriminação em muitos países, incluindo o Brasil e os Estados Unidos. Existem vários fatores que contribuem para essa situação, incluindo a falta de representação e inclusão nas escolas, a falta de acesso a recursos educacionais de qualidade e a persistência de estereótipos e preconceitos raciais. As mães negras que não ascenderam em profissões que não fossem domésticas, buscam constantemente engajar os filhos, principalmente as meninas, sobre a emancipação através da educação formal (escolas, universidades). Para Collins (2019, p. 396)

As filhas negras aprendem que devem trabalhar, lutar para estudar e se sustentar, e carregar fardos pesados dentro da família e da comunidade, pois essa capacidade será fundamental para sua própria sobrevivência e para a sobrevivência daqueles que um dia estarão sob sua responsabilidade.

Esses pontos alinham-se com o que Scholastique Mukasonga está relatando em seu texto sobre a performance das mães em relação a educação em Ruanda: “As mães de Gitagata se preocupavam, inicialmente, com a educação das crianças. Assim que puderam, primeiro em Nyamata, depois nos vilarejos em que dispersaram, os exilados abriram escolas” (MUKASONGA, p.136,2017). No entanto, em Ruanda essa emancipação era também agregada pelo cristianismo. Nesse contexto, a relação mútua entre os professores e missionários selava as responsabilidades dos estudos e as socializações com a igreja.

Os professores foram ajudados pelos missionários e sempre dependeram do apoio deles. Em Gitagata, quase todas as crianças iam à escola, só não iam os que não tinham sido batizados. Para serem admitidos nas aulas, era preciso ter um nome cristão. Os abapaganis – pagãos – acabavam sendo considerados “atrasados” que tinham ficado às margens do irreversível progresso. (MUKASONGA, p. 163, 2017)

No contexto de Ruanda, durante a guerra, ser mãe era um perigo. No entanto, não havia uma função que contemplava tão infinitamente uma mulher quanto a maternidade, pois segundo Mukasonga (p.136, 2017), “Uma das maiores preocupações das mulheres era com a gravidez. Ter um filho era conquistar o auge da admiração, respeito e poder desejados por todas as mulheres”. Contudo, a consolidação da maternidade, sendo ela o alicerce da sociedade, sofreu com um lado sombrio, ferindo corpos que sofreram ataques no que constitui a existência humana.

Stefania, Marie – Thérèse, Gaudeciana, Theodosia, Anasthasia, Speciosa, Leôncia, Pétronille, Priscilla e várias outras eram mães boas, as mães amorosas, as que alimentavam, protegiam, aconselhavam, consolavam, as guardiãs da vida, que foram mortas por assassinos que quiseram, com isso, erradicar a própria origem da vida. (MUKASONGA, p.136, 2017)

As mães assassinadas em Ruanda foram os pilares de suas famílias e comunidade. Além de nutrirem seus lares com as tradições e costumes locais, vivenciaram devastadora intolerância que cercava os seus ambientes, as memórias que juntas construíram foi o legado mais importante que foi herdado por aqueles/as que sobreviveram.

### 3.2 MULHERES E SOLIDARIEDADE

Segundo hooks (2019, p.70) “A ideologia supremacista masculina encoraja a mulher a não enxergar nenhum valor em si mesma, a acreditar que ela só adquire algum valor por intermédio dos homens”. Nessa conjuntura, as mulheres negras, que foram submetidas à objetificação e colocadas como o *outro*, enfrentam diversas formas de opressão e discriminação. Essas opressões são resultado de um sistema que as impede de se expressarem de maneiras diversas, incluindo o compartilhamento de recursos, informações e oportunidades, bem como a criação de redes de apoio e organizações que trabalham em prol da valorização de sua identidade.

A sororidade é um conceito fundamental nesse sentido, que se refere à união e empatia entre mulheres, especialmente em situações de discriminação e violência. As mulheres negras, em particular, têm histórias e experiências semelhantes de opressão e marginalização, o que torna ainda mais importante que elas se apoiem e trabalhem juntas para alcançar a igualdade e a justiça. Nesse sentido, as relações de vivências dessas mulheres que foram marcadas por saberes de suas ancestrais perpetuam e ressignificam constantemente sua visão de união que se diferencia da forma ocidental. Assim, afirma Collins (2019, p.50)

Cada grupo social tem uma visão de mundo em constante evolução que utiliza para ordenar e avaliar suas próprias experiências. Para os afros—americanos, essa visão de mundo se originou nas cosmologias de diversos grupos étnicos da África Ocidental. Ao reter e reelaborar elementos significativos dessas culturas, comunidades de africanos escravizados oferecem a seus membros explicações da escravidão distintas daquelas dadas pelos proprietários de escravos. Essas ideias de matriz africana também lançaram as bases das regras de uma sociedade civil distintamente negra nos Estados Unidos. Mais tarde, o confinamento dos afro-americanos em áreas exclusivamente negras no Sul rural e nos guetos urbanos do Norte promoveu a consolidação de um *éthos* distinto na sociedade civil negra no que diz respeito à linguagem, à religião, à estrutura familiar e às políticas comunitárias. [...] Como mães, mães de criação, professoras e religiosas, em comunidades rurais e bairros urbanos basicamente negros, as estadunidenses negras participaram da construção e da reconstrução desses saberes de resistência.

Logo, nessa conjuntura ocidental na qual as mulheres são ensinadas a se odiarem, hooks afirma que:

As mulheres de cor precisam enfrentar as crenças que a supremacia branca nos fez introjetar, o “racismo internalizado”, que pode nos levar ao ódio contra nós mesmas, fazendo com que, em vez de combater as forças opressivas, extravasemos a raiva e a vingança de modo injusto, cometendo violência e abusos umas contra as outras, e dificultando a comunicação entre os grupos étnicos. (hooks, 2019, p.84)

Baseado nessa estrutura e analisando as performances das mulheres de Ruanda na obra de Mukasonga, observa-se que elas realizavam a prática de irmandade, que hooks salienta, possibilitando a emancipação das mulheres negras crescidas sob as instâncias racistas.

As desavenças entre as mulheres de cor não serão eliminadas enquanto não tivermos a capacidade de assumir a responsabilidade pela unificação necessária, de modo que possamos aprender sobre nossas culturas, partilhar nossos saberes e nossas habilidades (hooks, 2019, p.84)

Ainda na obra ‘*A mulher de pés descalços*’ podemos evidenciar em diversas circunstâncias o elo que as mulheres constroem entre elas enquanto grupo social onde são condicionadas a necessidades diferentes, pois estão diretamente ocupando posições que ressaltam sua representatividade dentro da comunidade em que vivem, agregando a importância delas em conjunto.

As mulheres eram responsáveis pela educação, saúde, economia, e assuntos matrimoniais... cada uma tinha direito de falar, pelo tempo que quisesse, sem ninguém interromper. Não havia maioria, não havia monitoria. As decisões eram tomadas quando todos consentiam. (MUKASONGA,2017, p.135)

A relação solidária entre as mulheres é influenciada por diversos fatores, incluindo a cultura, as tradições e as estruturas sociais do país. A sociedade ruandesa tradicionalmente valoriza os laços comunitários e as relações de parentesco, o que também se refletia nas relações

entre as mulheres. Algumas tradições definiam, por exemplo, rituais que valorizavam a ancestralidade, onde apenas mulheres mais velhas tinham permissão e vigilância para considerar os futuros laços matrimoniais para a formação de novas famílias na comunidade.

Mas os amasunzus não eram para as meninas e nem para as adolescentes mais novas. O corte de cabelo que deveríamos usar variava de acordo com a idade. As crianças, tanto meninas quanto meninos, tinham a cabeça raspada com apenas, bem em cima da testa, um pequeno tufo bem redondo, feito um pompom. Na puberdade, perto dos doze, treze anos, podíamos deixar o cabelo crescer. As moças nunca cortavam. Se ficassem longos demais, elas prendiam. Os amasunzus não eram usados antes dos dezoito, ou vinte anos. Eles significavam que a moça estava na idade de se casar, que estava buscando um marido, que esperava, como diriam na França, seu príncipe encantado. Ao mesmo tempo, as moças abandonavam o pequeno pedaço de tecido que, até ali, tinham usado como saia, para se vestirem com o pano respeitável das mulheres casadas e mães de família. Os amasunzus ajudavam a distinguir as mulheres em idade de casar das já casadas. (MUKASONGA, 2017, p. 92)

As mulheres ruandesas, geralmente, viviam em comunidades estreitamente ligadas, onde a colaboração e o apoio mútuo eram aspectos essenciais da vida diária. Elas compartilhavam responsabilidades e tarefas, como trabalhar nos campos, cuidar dos filhos, preparar alimentos e realizar atividades domésticas. Essa colaboração não se limitava apenas às tarefas diárias, mas também envolvia ajudar umas às outras em momentos de necessidade ou dificuldade. É nessa perspectiva que hooks (2019) afirma que as ações essenciais que tornam a corrente da irmandade fortalecida acontecem quando mulheres negras buscam os próprios caminhos e meios para que a comunicação seja feita e as experiências individuais de cada uma seja valorizada, pois solidariedade é se envolver também com as necessidades de cada uma.

Dentro das comunidades, as mulheres se envolviam em grupos de solidariedade, que por sua vez reuniam mulheres de diferentes famílias e bairros para trabalhar juntas em projetos comunitários, como a construção de casas, a plantação de culturas ou até mesmo ajudar um membro necessitado da comunidade. Daí compreende-se que anteriormente ao período do genocídio eram enraizados na cultura comunitária os valores de colaboração e apoio mútuo.

As mulheres enchiam seus cachimbos enrolando pedaços de folha que elas rasgavam com a agulha usada nos trabalhos de cestaria e assim obtinham uma circulação de ar necessária para uma boa combustão. Cada uma dava uma baforada, trocavam os cachimbos, comparavam os tabacos, faziam os cachimbos darem a volta pelo grupo. Há melhor prova de amizade e confiança do que trocar os cachimbos? (MUKASONGA, p.135, 2017)

Com base na colaboração e apoio mútuo, a obra de Mukasonga nos permite compreender a riqueza e a complexidade das relações comunitárias pré-genocídio. Ela também nos convida a refletir sobre a importância de valorizar e fortalecer esses laços de solidariedade em prol de um futuro mais inclusivo e harmonioso. A presença das mulheres em coletivo

reforçava a conexão com as tradições ancestrais e a identidade cultural compartilhada. Elas transmitiam conhecimentos e valores às gerações futuras, preservando a herança cultural e promovendo a continuidade dos ritos comunitários.

Para além das atividades de costumes, a formação de uma família sempre permeava sobre a realidade das mulheres de Ruanda como uma das honras mais importantes como efeito do matrimônio, conversas sobre sexualidade se discutiam com mais pudor entre as mulheres de Ruanda: “falar sobre sexo era totalmente proibido. As palavras que o designam nunca eram pronunciadas. Elas eram conhecidas, mas nunca tinham sido ouvidas” (MUKASONGA, 2017, p.139). A escritora Oyěwùmí aborda sobre os casamentos e a formação de famílias yorubas que tinham como “principal razão para o casamento a procriação”, (OYEWÙMÍ, 1997, p.159). Nesse sentido, vale ressaltar que esse interesse na reprodução no contexto africano diz respeito à manutenção da sobrevivência de um povo.

A fim de considerar o que autoras negras, falam sobre a experiência do corpo negro, historicamente as mulheres negras foram alvo de práticas de controle reprodutivo impostas por sistemas de poder opressivos, como o colonialismo e o racismo institucionalizado. Além disso, ao longo da história, as mulheres negras foram alvo de esterilização forçada e práticas coercitivas de controle da fertilidade por parte de instituições médicas e governamentais. Essas políticas e práticas visavam limitar o crescimento populacional das comunidades negras, baseadas em noções racistas e eugenistas.

Nesse sentido de discussão sobre o corpo da mulher negra, Patrícia Hill Collins aborda em sua obra a relação entre o Estado e o controle do corpo das mulheres negras. Collins analisa como o Estado, uma instituição de poder, exerce controle e regula o corpo das mulheres negras de várias maneiras. A autora argumenta que por meio de políticas, leis e práticas, o Estado intervém no corpo das mulheres negras para impor controle e manter estruturas de poder desiguais.

O controle da fecundidade das mulheres negras se tornou importante para os grupos de elite. A imagem da mãe dependente do Estado cumpre essa função ao qualificar como desnecessária e até perigosa para os valores do país a fecundidade das mulheres não brancas nem de classe média. (COLLINS, 2019, p. 191)

São questões como esterilização forçada, estigmatização da maternidade negra, violência obstétrica, criminalização do aborto e práticas de encarceramento em massa que afetam desproporcionalmente as mulheres negras.

### 3.3 MULHERES E TRABALHO

“Não devemos nos dar conta de que o mundo onde circulamos foi limpo por mulheres racializadas e superexploradas”. (VERGÉS, 2020, p.17). As mulheres negras têm enfrentado desafios específicos no contexto do trabalho devido à interseção de raça e gênero, bem como a outras formas de discriminação estrutural. Historicamente, elas têm sido marginalizadas e sub-representadas em diversas áreas profissionais, enfrentando obstáculos adicionais em sua progressão e ascensão profissional. Uma das questões centrais é a persistência do racismo estrutural, que se reflete no mercado de trabalho. As mulheres negras frequentemente são vítimas de estereótipos e preconceitos que as tornam mais propensas a enfrentar discriminação durante o processo de contratação e promoção.

Essa jornada que as mulheres negras carregam desde um período colonial se posterga até os dias atuais, evidentemente ainda são associadas às funções no mercado de trabalho que as posicionam em lugar de subalternidade, além de ocupar trabalhos informais, suas experiências são na maioria das vezes limitadas aos espaços domésticos. O racismo que estruturou a sociedade é o que inviabilizam o progresso profissional dessas mulheres. Vergés afirma que:

Essa mão de obra que constitui uma força de trabalho racializada e majoritariamente feminina, que realiza serviço subqualificado e, portanto, mal pago, trabalha em uma situação de risco para a saúde, na maioria das vezes em tempo parcial, de madrugada ou à noite, quando escritórios, hospitais, universidades, centros comerciais, aeroportos e estações estão vazios, ou quando os/as hóspedes já deixaram os quartos de hotel. (VERGÉS,2020, p.16)

hooks (1952) argumenta que as mulheres negras são frequentemente exploradas e marginalizadas no trabalho, não obstante a esse cenário, são identificadas como instrumentos de trabalho devido a uma combinação de racismo e sexismo. Elas enfrentam obstáculos adicionais para o avanço profissional e muitas vezes são relegadas a empregos mal remunerados, precários e sem perspectivas de crescimento. Uma das principais questões discutidas por hooks é a ideia de ‘trabalho invisível’ realizado pelas mulheres negras. Esse conceito refere-se às múltiplas tarefas e responsabilidades que as mulheres negras assumem em suas vidas, tanto no âmbito profissional como no doméstico. Elas muitas vezes são responsáveis pelo cuidado da família, tarefas domésticas e um trabalho emocional como abranger as demandas e expectativas emocionais específicas que são colocadas sobre elas. As mulheres negras muitas vezes são socializadas para serem resilientes e fortes, enfrentando adversidades

e desafios. O que demanda um grande esforço físico e emocional, mas nem sempre é valorizado ou reconhecido. E ainda, nesse sentido significativo do trabalho no qual a mulher negra é exposta “chama a atenção para a existência de uma indústria na qual racialização, feminização, exploração, riscos à saúde, invisibilidade, subqualificação, baixos salários, violência, assédios sexual e sexista se combinam” (VERGÉS, 2020, p.17).

A interseccionalidade, entendida como a sobreposição de diferentes sistemas de opressão e privilégio, é fundamental para entender a forma como as mulheres negras são afetadas pelo mercado de trabalho, pois suas necessidades sofrem disparidades num contexto de abordagem se relacionadas às mulheres brancas. Collins (2019) argumentou que, durante os movimentos de feminismo branco em que as mulheres buscavam independência profissional, as mulheres negras já desempenhavam papéis profissionais sem receber o devido reconhecimento da sociedade.

Considerando que o trabalho das mulheres negras é afetado pela perspectiva ocidental, Mukasonga aborda que “[...] algumas vezes, descreverem as mulheres tutsis como donas de casa que tinham por única ocupação trançar cestinhos inúteis ou mexer a bateadeira distraidamente sobre a perna esticada”. (MUKASONGA, 2017, p.41). Ao contrário do trabalho doméstico, que normalmente se refere às tarefas realizadas no âmbito da casa, o trabalho artesanal envolve uma habilidade específica, como é o caso na fase de desenvolvimento da bateadeira que as mulheres tutsis estavam envolvidas, era a preparação de uma manteiga que era apreciada pelos próprios europeus. O trabalho era diverso para as mulheres tutsis.

Sempre vi minha mãe com a enxada na mão revirando a terra, semeando, capinando e colhendo, isso antes do nosso exílio, em Gikongoro, em Magi ou, por força maior, em Nyamata, nos vilarejos dos deportados. Acontece que, em Ruanda, os trabalhos no campo nunca terminavam. (MUKASONGA, 2017, p.41)

Embora as reivindicações feministas sejam fundamentais na busca por igualdade de gênero, é necessário reconhecer que experiências e necessidades das mulheres em relação ao trabalho podem variar de acordo com sua raça, contexto cultural e ocupação. Além disso, nesse sentido que envolve a economia informal, no setor rural a luta das mulheres tutsis com o trabalho está também relacionada à segurança alimentar e às cooperativas.

No contexto de Ruanda, as mulheres trabalhavam arduamente na colheita do sorgo e outros alimentos.

Se tivesse que encontrar um começo para aquilo que não tem começo nem fim, diria que esses trabalhos começam com as primeiras chuvas de outubro, quando se planta feijão e milho. Depois, eles serão colhidos, um em dezembro, outro em fevereiro; em seguida, vem a estação de chuvas, de março a maio, em que se semeia o sorgo que

será colhido em julho, no começo da estação seca. Mas durante esse tempo, também se cultivava feijão, batata-doce, eleusine, taro, abóbora, inhame, mandioca, e, sobretudo, bananas, que pedem um cuidado ininterrupto. (MUKASONGA,2017, p.41)

Ainda muito jovens as meninas junto com as mulheres adultas faziam todo o trabalho que durava praticamente o ano inteiro. É importante ressaltar que, as mães participavam com seus bebês ativamente desse processo de um trabalho que elas não interrompem em função da maternidade. Como afirma Mukasonga:

As mães que plantam carregando o filho nas costas também precisam de caules de sorgo seco. Quando o bebê fica pesado demais, elas colocam-no debaixo de um abrigo construído na beira da plantação. Com os caules secos, fazem uma moldura em cima da grama fresca. [...] trançam um pequeno berço fora do alcance das cobras. Assim elas podem voltar à plantação[...]. (MUKASONGA,2017, p. 54).

O trabalho que é vinculado pelas mulheres negras, como o doméstico, por exemplo, e uso de sua imagem serve como um elemento de análise para compreender a condição de marginalização em que elas são colocadas. É necessário enfatizar a importância de potencializar perspectivas afirmativas por meio de ações políticas seja reconhecendo e valorizando a visão das mulheres negras como uma ferramenta poderosa para a transformação social, seja incentivando-as a refletir sobre suas experiências e ações.

### 3.4 MULHERES E EDUCAÇÃO

A acessibilidade nos estudos é assunto crucial e que merece atenção especial quando se discute inclusão e igualdade de oportunidades. Infelizmente, existem diversas barreiras que prejudicam a participação plena de grupos específicos, como mulheres negras, nesse ambiente tão importante para o desenvolvimento pessoal e profissional. Dessa forma, a mulher negra enfrenta desafios adicionais ao buscar pela educação formal.

A modernidade/colonialidade, marcada pela imposição dos padrões eurocêntricos de conhecimentos e pela exploração das pessoas e territórios colonizados, moldou as estruturas educacionais de maneira a favorecer apenas um grupo específico: homens brancos.

De repente, passamos a ter aula com professores brancos cujas lições reforçavam os estereótipos racistas. Para as crianças negras, a educação já não tinha a ver com a prática da liberdade. Quando percebi isso, perdi os gostos pela escola. A sala de aula já não era um lugar de prazer ou de êxtase. (hooks, 2013, p.12)

hooks (2013) relata sobre sua experiência quando passou a frequentar a escola junto aos brancos, tendo a partir de então, entendido que as estruturas educacionais não tentavam

garantir oportunidades de aprendizado para todos. Nesse sentido, as mulheres negras, por sua vez, foram relegadas a um lugar de invisibilidade e marginalização, excluídas dos espaços educacionais. Para a construção de uma educação emancipadora, é essencial que as escolas sejam consideradas como espaços de transformação social. Dessa forma, é necessário abordar a questão das causas e consequências do trabalho precário, que afeta predominantemente as pessoas negras.

É importante destacar as diferenças de vivências entre mulheres brancas, que foram beneficiadas pela colonização no que diz respeito a educação e, por outro lado, as mulheres negras que foram duplamente oprimidas e/ou escravizadas, “[...] a mulher escrava era, antes de tudo, uma trabalhadora em tempo integral para seu proprietário, e apenas ocasionalmente esposa, mãe ou dona de casa” (DAVIS, 2016, p.17).

Em decorrência da colonização, a educação foi usada como instrumento de poder e controle, perpetuando a opressão e marginalização das mulheres negras. Nos relatos de Mukasonga, é destacado que, embora as meninas tivessem a possibilidade de frequentar escolas, os homens assumiam uma grande responsabilidade de transformação para atender às necessidades familiares.

Estamos prestando atenção no que André diz. Ele está sentado na única cadeira da casa, que fica em frente a mesinha de Antoine, nosso irmão mais velho, fabricou especialmente para ele, estudante, homem, a esperança da família. Ele conta as histórias do colégio, e parecem notícias vindas de um mundo distante, extraordinário e inacessível [...]. (MUKASONGA, 2017, p.11)

Em Ruanda, às mulheres cabia responsabilidade adicional: a educação dos filhos. Uma educação para além do tradicional eurocêntrico, as mulheres de Ruanda desempenharam papel crucial na formação das gerações futuras, transmitindo valores, conhecimento e habilidades essenciais para o desenvolvimento humano. Elas enfrentaram obstáculos significativos, como a escassez de recursos, a falta de infraestrutura adequada e a persistência de preconceitos de gênero arraigados na sociedade.

As responsabilidades dos saberes educacionais não se restringiam apenas à sala de aula, mas também aos lares, às comunidades e à construção de um futuro mais promissor.

Eu sempre era designada por Stefania para a colheita do ritual, [...] seguindo as instruções de mamãe, eu escolhia as espigas mais carregadas de grãos, aquelas que eram presságio de uma colheita abundante e de um ano que, apesar de tudo, desejávamos próspero. (MUKASONGA, 2017, p.46)

Antes do genocídio em Ruanda, a educação das mulheres era guiada por normas sociais e culturais, com um foco direcionado aos papéis tradicionais de esposas e mães. Era enfatizada

a formação de habilidades domésticas e a criação de expectativas para um casamento vantajoso em termos socioeconômicos.

[...] as mulheres de Gitagata e outras que vinham até de mais longe – passavam as tardes de domingo conversando com Stefania sobre as jovens em busca de um casamento. [...] as opiniões dela sobre essas moças contavam muito nas decisões das matriarcas que buscavam uma esposa para os seus filhos. Elas se sentavam no montinho debaixo do pé de café. Stefania recapitulava para eventual sogra as qualidades e defeitos que via na jovem que pretendia se casar. Ela era de uma família respeitável? Era trabalhadora? Não hesitava em pegar a enxada? Apresentava sinais de fecundidade? (MUKASONGA,2017, p.87)

A conquista de notas boas no quarto ano do primário representava reconhecimento do esforço e dedicação. O apoio e orgulho da mãe ressaltavam a valorização da educação na família.

Estava no quarto ano do primário, na turma da Rose. Assim que a professora disse meu nome, fui até minha mãe que desamassou, chorando de emoção, as notas que estavam enroladas no nó de seu pano, e eu literalmente voei por cima do bosque de eucaliptos que separa o pátio da escola do lugar onde ficava o mercado e a loja da kilimadame. (MUKASONGA,2017, p.79)

Mukasonga estudou no liceu Lycée N-D de Citeaux, em Kigali, por alguns anos e se formou em Serviço Social. Durante o período que estudou na instituição, a violência já era algo infiltrado, transformando o ambiente escolar em cenário de medo e desconfiança. Para Mukasonga e outros estudantes tutsis, frequentar a escola significava estar constantemente exposto ao perigo iminente, assim ela escreve “[...] as lembranças dos meus colegas hutus rapazes da turma da escola, perseguindo a mim e aos outros tutsis para nos matar [...]” (2017, p.81). Os hutus interligados pelo ódio étnico propagado por forças extremistas muitas vezes dirigiam sua violência contra os estudantes tutsis.

A lembrança traz à tona o trauma vivenciado durante o terrível genocídio de Ruanda. Nas palavras de Mokasonga, somos confrontados com as memórias assustadoras dos colegas hutus perseguindo implacavelmente os tutsis, em uma busca por aniquilar suas vidas. Essas memórias carregam consigo o peso do conflito que ceifou a vida de inúmeras pessoas inocentes, deixando marca indelével na história. É essencial que jamais esqueçamos desses acontecimentos, pois eles nos proporcionam lições valiosas e nos instigam a trabalhar pela construção de um mundo onde o respeito, a dignidade e a valorização da vida de todas as pessoas, independentemente de sua etnia, sejam princípios inabaláveis. O genocídio de Ruanda representa uma ferida profunda e permanente, mas sua história ressignificada nos impulsiona a honrar as vítimas e os sobreviventes, mantendo viva a memória e lutando por um futuro que está sendo moldado pelas forças transformadoras das mulheres.

Atualmente, a educação das mulheres em Ruanda busca não apenas a formação acadêmica, mas também o desenvolvimento de habilidade socioemocionais, liderança, empreendedorismo e se tornou prioridade para a transformação social. Desde então houve esforços significativos para promover a igualdade<sup>11</sup> de gênero no acesso à educação.

Figure 4 - Estudantes da Academia Gashora para meninas, em Ruanda



Fonte: [www.agemt.pucsp.br](http://www.agemt.pucsp.br), 2023.

O grupo de meninas e mulheres representam uma mensagem poderosa de resistência, união e esperança. As duas primeiras figuras, indicando o prédio da escola, simbolizam a importância da educação como um caminho para a emancipação e superação das adversidades enfrentadas pela comunidade negra. A figura central, que faz um gesto de força e coragem, representa a determinação dessas mulheres em enfrentar os desafios e lutar por um futuro melhor. Ela personifica a força interior e a resiliência necessárias para superar as opressões e estereótipos negativos associados à maternidade negra. As duas últimas figuras, representando união, simbolizam a solidariedade entre as mulheres negras e a importância de se apoiarem mutuamente. Elas representam a continuidade da luta das gerações anteriores, transmitindo a esperança e a determinação para as jovens que seguem seus passos.

A referência às lutas da mãe de Mukasonga indica que a imagem carrega consigo a herança e a memória das mulheres negras que vieram antes, cujas batalhas não foram em vão.

<sup>11</sup> Ver mais em: <https://agemt.pucsp.br/noticias/ruanda-um-pais-com-rosto-de-mulher>. Acesso em 14 de jun. de 2023.

Essas lutas são transmitidas e perpetuadas por meio dessas jovens mulheres, que carregam consigo a responsabilidade e a esperança de um futuro mais igualitário e justo.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da análise da obra de Scholastique Mukasonga, fica evidente que as mulheres negras têm uma contribuição significativa e enriquecedora para a história africana, muito além do que se conhece. Nesse sentido, ao longo deste trabalho, exploramos a representação da mulher negra no cenário literário, considerando as categorias de raça e gênero e a descrição sobre educação, solidariedade e trabalho.

Através da memória de Mukasonga, as mulheres tutsis são retratadas como personagens fortes e resilientes, cujas experiências são enriquecidas pela união e solidariedade entre elas. No cerne da narrativa, destaca-se o instinto de sobrevivência e proteção das gerações futuras, especialmente de seus filhos. A obra ressalta a importância da família, que essas mulheres tutsis estão dispostas a proteger e pelas quais se submetem a sacrifícios extremos, demonstrando a profundidade de seu sentido de solidariedade.

O texto revela detalhes das vivências dessas mulheres, permeando suas existências com histórias impactantes. Ele nos leva a mergulhar nas realidades enfrentadas por essas mulheres, não apenas no contexto do trabalho ou ao serem vítimas de ataques sexuais e outras formas de violência, mas também em suas jornadas diárias e resiliência.

As experiências compartilhadas entre essas mulheres tutsis constroem uma rede de apoio e cuidado mútuo, onde a união se fortalece em meio às adversidades. A solidariedade, portanto, não é apenas um sentimento que surge ocasionalmente, mas sim uma força constante que permeia suas vidas, moldando suas identidades e suas relações com o mundo ao seu redor. Através da escrita de Mukasonga, essas mulheres ganham voz e visibilidade, desafiando as narrativas hegemônicas que muitas vezes as negligenciaram. Suas histórias e vivências são reconhecidas e valorizadas, e suas lutas são postas em destaque. Mukasonga lança luz sobre a resiliência e a capacidade de resistência dessas mulheres tutsis, destacando suas histórias como parte essencial da rica tapeçaria cultural e histórica de Ruanda e do continente africano.

Neste texto, Mukasonga nos presenteia com uma poderosa celebração da vida e da coragem das mulheres tutsis, que encontram nas suas experiências compartilhadas uma força coletiva para enfrentar os desafios e construir um futuro melhor para si e para as gerações futuras. Sua escrita nos convida a refletir sobre a importância de ouvir e aprender com as vozes das mulheres africanas, reforçando a necessidade de valorizar e preservar suas culturas e suas histórias únicas. Como o afirma Adichie “Histórias têm sido usadas para expropriar e ressaltar o mal. Mas histórias podem também ser usadas para capacitar e humanizar” (2019, p.5)

Diante do rico arcabouço cultural das mulheres tutsis, é possível evidenciar os costumes e tradições que as conectavam e enriqueciam suas vidas. Dentre esses costumes, a preparação para o casamento destacava-se como um evento que movimentava as relações e significava um momento de profunda importância em suas trajetórias. O casamento envolvia a transmissão de conhecimentos e habilidades específicas entrelaçado com as tradições.

Além disso, a preparação para o casamento era um momento de fortalecimento dos laços entre as mulheres tutsis, onde as mais experientes compartilhavam suas vivências e sabedoria com as mais jovens. A solidariedade entre elas era ressaltada. Através de sua escrita, Mukasonga nos convida a apreciar a complexidade e a beleza dessas práticas culturais, compreendendo a importância de reconhecer e respeitar as diferentes tradições e modos de vida que compõem a riqueza do continente africano. Diante de desafios sistemáticos, as mulheres negras tutsis emergiram como verdadeiras líderes em suas comunidades, destacando-se em diversos campos da sociedade, como no trabalho, na educação e na construção de seus lares. Elas assumem também o importante papel materno, oferecendo cuidado e proteção às gerações futuras.

Os estereótipos e preconceitos presentes nas representações da mulher negra refletem a realidade vivenciada por elas em diferentes contextos sociais e culturais. Essas compreensões partem das retratada de forma simplista e limitada a papéis estereotipados como a serviçal, a mulher hiper sexualizada ou a figura exótica. Essas representações refletem a visão dominante e preconceituosa que permeia a sociedade, reforçando desigualdades e perpetuando estigmas sobre a mulher intelectuais negras que resgatam a noção de dignidade e respeito em relação à figura feminina negra, aspectos que foram historicamente negligenciados pela sociedade.

No entanto, é importante destacar que existem também obras literárias que buscam romper com esses estereótipos e oferecer representações mais complexas e empoderadoras da mulher negra. Essas obras desafiam as narrativas dominantes e trazem à tona as experiências, as vozes e as lutas das mulheres negras, destacando sua resiliência, força e capacidade de resistência.

Ao analisar as categorias percebemos que esses aspectos estão intrinsecamente interligados na experiência da mulher negra. O impacto do colonialismo e do racismo estrutural se reflete nas condições sociais e econômicas enfrentadas pela mulher negra, bem como nas representações literárias que a cercam.

A educação desempenha um papel fundamental na desconstrução dos estereótipos e na promoção da igualdade de oportunidades para as mulheres negras. A educação africana tem o potencial de capacitar as mulheres negras, fornecendo-lhes ferramentas para que possam se

expressar, se empoderar e buscar a transformação social. Enaltecer e fortalecer a educação que valoriza as culturas africanas e as experiências das mulheres negras, proporcionando um espaço para que suas vozes sejam ouvidas e suas perspectivas sejam reconhecidas.

Por fim, o trabalho é uma dimensão fundamental na vida das mulheres negras, muitas vezes marcado pela precarização, discriminação e desigualdade. A participação dessas mulheres em diferentes campos.





**FONTE**

MUKASONGA, Scholastique. **A mulher de pés descalços**. Editora Nós, 2017.

## REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda. O perigo de uma única história. **Tradução de Eri a Barbosa. Original disponível em: [http://www.ted.com/talks/lang/pt-br/chimamanda\\_adichie\\_the\\_danger\\_of\\_a\\_single\\_story.html](http://www.ted.com/talks/lang/pt-br/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story.html). s/d. Tradução disponível em: <http://www.google.pt/url>, 2009.**

DA SILVA, Franciele Queiroz; AZEVEDO, Luciene Almeida de. A literatura marginal (periférica) no contexto contemporâneo. **Horizonte Científico, Uberlândia**, v. 3, n. 1, p. 1-31, 2009.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DE JESUS PRUDENTE, Eunice Aparecida. **Raça e Gênero: discriminações, interseccionalidades e resistências**. EDUC–Editora da PUC-SP, 2021.

FERREIRA, Patrícia Magalhães. Identidades Étnicas e Violência: uma aproximação teórica ao caso Hutu-Tutsi. **Cadernos de Estudos Africanos**, n. 2, p. 103-139, 2002.

FONSECA, Danilo Ferreira da. Colonialismo em Ruanda (África): entre a exploração e a valorização (1918–1962). **Revista de História da UEG**, v. 5, n. 2, p. 199-218, 2016.

FONSECA, Danilo Ferreira da. Revolução e descolonização em Ruanda: entre projetos étnicos e projetos de classe. **Anos 90**, v. 26, p. 1-17, 2019.

GROSGOUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Sociedade e Estado**, v. 31, p. 25-49, 2016.

HERNANDEZ, Leila. **A África na sala de aula: visita à história contemporânea**. Selo Negro, 2005.

hooks, bell. **Teoria feminista** [recurso eletrônico]: da margem ao centro. São Paulo: Perspectiva, 2019.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Editora Cobogó, 2020.

LADEIRA, Daniela Werneck. "Gostaríamos de informá-lo de que amanhã seremos mortos com nossas famílias": invisibilidade e testemunho. **Anuário de literatura**: Publicação do Curso de Pós-graduação em Letras, Literatura Brasileira e Teoria Literária, v. 19, n. 2, p. 94-106, 2014.

- MAIRESSE, Beata Umubyeyi. **Ejo e outro contos**. Editora periferias, 2021.
- MACEDO, José Rivair. **História da África**. Editora Contexto, 2013.
- MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Portugal: Antígona, 2014.
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Melusina, 2020.
- MELLO E SOUZA, Marina. História da África: um continente de possibilidades. **A escrita da história escolar: memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, p. 165-180, 2009.
- MELO, Carolina Nascimento de. **Maternidade negra e a valoração da vida de jovens negros frente ao horizonte de violência**. 2018. 43 f. Trabalho Final de Curso (Licenciatura em Ciências Sociais) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional, Campos dos Goytacazes, 2018.
- MENDONÇA, Caroline de Oliveira. De tutsi a inyenzi: humilhações, desrespeitos e violências na experiência interétnica ruandesa. **Anuário Antropológico**, v. 46, n. 3, p. 149-166, 2021.
- MENDONÇA, Marina Gusmão de. O genocídio em Ruanda e a inércia da comunidade internacional. **Revista Hades**, v. 1, n. 1, p. 1-28, 2017.
- MIGNOLO, Walter. Desafios decoloniais hoje. **Revista Epistemologias do Sul**, v. 1, n. 1, p. 12-32, 2017.
- MUKAGASANA, Yolande. **La mort ne veut pas de moi**. Editora fixot, 1997.
- COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Boitempo editorial, 2019.
- OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. **A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero**. Bazar do Tempo Produções e Empreendimentos Culturais LTDA, 1997.
- SANTOS, Bruna Tais dos. Sobre a relação entre Tutsi e Hutus: A questão identitária nos conflitos de Ruanda (1994). In. **ANPUH -Brasil**. 30º simpósio nacional de História. Recife, 2019.
- ZHANG, Yumeng. **Thinking beyond ethnic hatred: An examination of the state's mobilizations during the Rwandan Genocide of 1994**. 2016.



**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO Nº 17/2025 - CCLH - CH (10.41.13.19)**

*(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)*

*(Assinado digitalmente em 07/02/2025 08:01 )*

**ANA CLAUDIA ARENHART**

ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO

SEGEC - CH (10.41.13.31)

Matrícula: ###495#3

Visualize o documento original em <https://sipac.uffrs.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: 17  
, ano: 2025, tipo: **TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**, data de emissão: 07/02/2025 e o código de  
verificação: **a4f7db5859**